



Perdendo ou ganhando Lula vai indicar Rodrigo Pacheco para a 11ª vaga do Supremo

MAGNAVITA - PÁGINA 15

Governo Trump teme que Flávio seja impedido de posse caso eleito

A preocupação em Washington envolve possíveis medidas jurídicas que podem ser tomadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal

CAPPELLI - PÁGINA 14

Mercado é o oráculo do século XXI

TALES FARIA - PÁGINA 2

Centrão se move para não perder poder

CORREIO POLÍTICO - PÁGINA 13

MPF DETERMINA MEDIDAS ELEITORAIS À META



LEOBARK RODRIGUES/SECOM/MPF

MPF determina que medidas sejam adotadas já neste fim de semana

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou para a empresa Meta (bigtech que administra as redes sociais Instagram, WhatsApp, Facebook e Threads) uma recomendação determinando medidas urgentes para garantir transparência e proteção à liberdade de expressão de seus usuários.

PÁGINA 13

Fundo estadual custeará ligações de esgoto da Sabesp

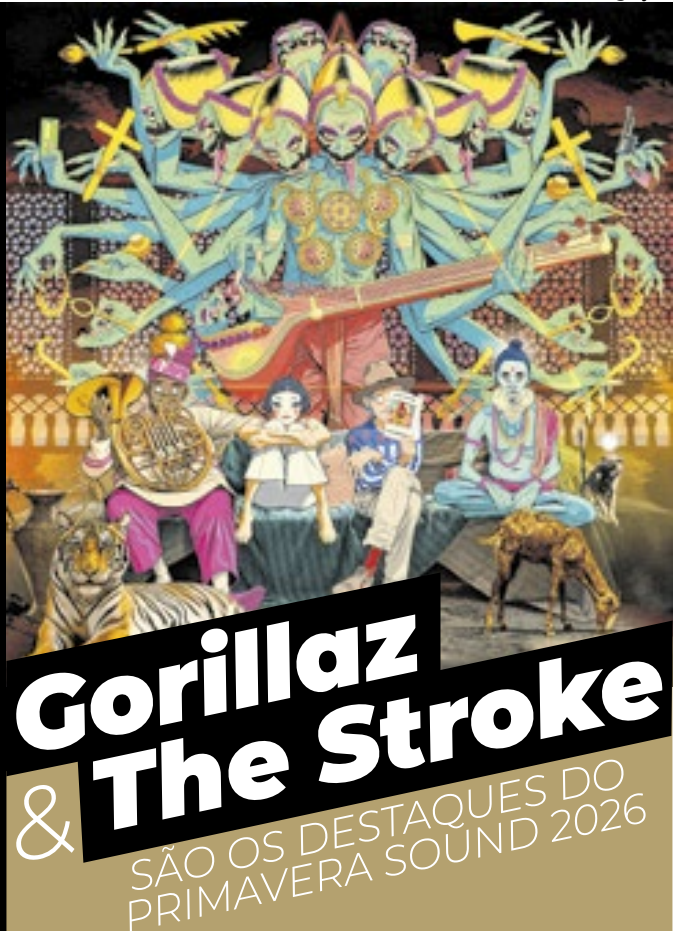
PÁGINA 17

Divulgação

#cm
2

Festival acontece nos dias 5 e 6 de dezembro deste ano no Autódromo de Interlagos, em São Paulo

Página 16



TCM analisa R\$ 11,9 milhões para lazer no Minhocão

PÁGINA 4

FERNANDO MOLICA

A JABUTICABA DO LIBERALISMO ESTATAL

PÁGINA 2

CORREIO ESPORTIVO

CORINTHIANS COM DIREITOS DE IMAGENS ATRASADOS

PÁGINA 10

Ex-presidente do São Roque Prev terá de devolver R\$ 93 milhões

PÁGINA 8

Juristas fazem ato em defesa da democracia durante encontro na USP

A Faculdade de Direito da USP reuniu juristas e representantes da sociedade civil em ato pela democracia. O encontro teve leitura de manifesto e carta do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello.

PÁGINA 3

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Sinais do mercado, o oráculo dos tempos modernos

O Oráculo de Delfos foi o mais importante santuário de adivinhação da Grécia Antiga, consagrado ao deus Apolo e localizado nas encostas do Monte Parnaso. Reis, generais, filósofos e cidadãos comuns do mundo antigo consultavam-no antes de guerras, fundações de colônias e decisões de Estado.

O grande oráculo dos tempos modernos não fica em um templo, como o de Apolo, mas guarda uma sacerdotisa suprema, como a Pítia. O novo oráculo chama-se Mercado. Com a Pítia dos tempos modernos, também traz suas profecias em termos ambíguos e enigmáticos. Às vezes acerta, às vezes nem tanto.

Em momentos de grande tensão, como na Grécia antiga, reis, presidentes, políticos, generais, filósofos e cidadãos comuns se voltam para o mercado como todos se voltavam no passado para o Oráculo de Delfos buscando entender os sinais enigmáticos que que trazia a Pítia.

E assim foi nesta quinta-feira, 22, três dias antes da eleição presidencial mais importante do século. O mercado, que vinha em ascensão, refletindo as seguidas elevações das intenções de voto em Flávio Bolsonaro nas pesquisas de opinião, passou o dia em queda.

O dólar comercial subiu 0,22%, cotado a R\$ 5,038, impulsionado pela busca de proteção no exterior e pela proximidade da votação presidencial. O Ibovespa fechou em queda de 1,15%, aos 204.120,12 pontos, pressionado pelos boatos de que o Datafolha traria mais uma queda de

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

A jabuticaba do liberalismo estatal

O recuo de Flávio Bolsonaro (PL) em relação a propostas de cortes de despesas anunciadas por assessores em entrevistas e em conversas no breu das tocas do mercado comprova que boa parte dos brasileiros defende um sistema particular — uma espécie de liberalismo estatizante, jabuticaba capaz de dar nó na cabeça de qualquer vencedor do Nobel de economia.

O senador tratou de não brigar com a realidade ao perceber a existência, na população, de uma defesa entusiasmada de teses de liberdade econômica, vista como caminho único para a prosperidade. Isso, desde que combinada com a permanência e, quiçá, ampliação da rede de proteção social.

Algo como um mix do liberalismo me-engana-que-eu-gosto de Pablo Marçal com o paternalismo estatal plantado por Getúlio Vargas e cultivado ao longo de décadas, principalmente durante os governos petistas.

Motociclistas que se veem como empreendedores são capazes de criticar o peso do Estado e dos impostos, mas sabem que, no caso de suas frequentes quedas, poderão contar com o SUS. E aí de quem falar em mexer no Farmácia Popular, no Bolsa Família, no Pé-de-Meia.

Posto Ipiranga imposto a Jair Bolsonaro para dar o grito de independência ou morte capaz de ensurdecer as margens plácidas do estatismo pátrio, Paulo Guedes foi obrigado a engolir doses cavalares de intervenção governamental da economia quando seu chefe — como Lula (PT) faz agora — recorreu ao orçamento federal para embalar programas que

Flávio nas pesquisas, ou elevação de Lula.

De fato, a Pítia dos tempos modernos antecipou que o Datafolha veio com o empate de 50% a 50% para Lula e Flávio Bolsonaro nas intenções de voto. Parece que o mercado perdeu um pouco do encantamento pelas idas e vindas das promessas do bolsonarismo, que uma hora fala em acabar com o Bolsa Família, outra hora fala em aumentar o benefício. Que fala em cortar aposentadorias para o ajuste fiscal e depois jura que nunca faria isso.

O sinal do oráculo dos tempos modernos para Flávio Bolsonaro é de que, na ânsia de sair de sua bolha, ele está perdendo a confiança do mercado que já estava decidido a apoiá-lo.

Nesta reta final da campanha, Flávio Bolsonaro tem pela frente o evento mais importante da campanha eleitoral: o debate com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) transmitido pela TV Globo.

Seus marqueteiros cobram que não cometa erros neste momento. A avaliação é de que ele já conseguiu tirar força do desafio de quebra de sigilo, apresentado por Lula no último debate, com a resposta em que aceitou abrir suas contas e cobrou do adversário que também abra as suas, de seus parentes e aliados dentro e fora do governo.

Para o debate, Flávio deverá apresentar um tom mais sério, sem a marca debochada de um Pablo Marçal contra um homem muito mais velho como o presidente Lula. Tentar transmitir confiabilidade e procurar um discurso que não deixe transparecer falta de convicção nas ideias defendidas pelo mercado.

Enfim, voltar à proteção da bolha, e procurar trazer o apoio da chamada terceira via que as pesquisas internas apontam estar se voltando para o adversário.

seriam capazes de garantir sua reeleição (que acabou não sendo obtida).

Para ser justo com motociclistas e com tantos outros jovens que, cansados da estratificação social brasileira, encontram no empreendedorismo e no sonho do negócio próprio a única saída viável para a possibilidade de romper com o ciclo de pobreza que marca suas famílias, geração após geração: essa combinação de liberalismo de fachada e de vida à sombra do Estado apenas reproduz a lógica e as práticas de elites brasileiras que sempre viveram às custas dos cofres públicos.

Representantes da elite que reclamam de políticas públicas como Bolsa Família e de Benefício de Prestação Continuada e que pregam mais e mais medidas restritivas para a previdência social fazem cara de paisagem diante dos incentivos fiscais federais, que devem chegar a R\$ 900 bilhões em 2026 (a conta é do Unafisco Nacional, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

O pacote inclui impostos não arrecadados com o Simples, com a Zona Franca de Manaus, com o agronegócio, dividendos pagos a empresários, descontos com consultas médicas e planos de saúde de quem tem grana para bancá-los. Na lista estão também isenções de pagamento ao INSS da contribuição patronal de entidades filantrópicas, algo que só aumenta o rombo do sistema de pagamento de aposentadorias e pensões.

Ao defenderem a esquisita e contraditória fusão entre a liberdade econômica indidual amparada pela rede de proteção do Estado, uma grande parcela de brasileiros que vive no porão ou no térreo apenas reproduz o que aprendeu com o pessoal da cobertura. O problema é que a conta não fecha.

EDITORIAL

Shopping dos camelôs: cinco anos de promessas

O shopping popular destinado a abrigar os camelôs de Campinas tornou-se um exemplo da diferença entre anunciar projetos e transformá-los em realidade. Cinco anos após a apresentação de uma proposta que previa o investimento de R\$ 128 milhões, o local continua sem obras e enfrenta ainda mais um retrocesso: o arquivamento do processo pela Prefeitura, diante da falta de documentos exigidos para a sua análise.

O episódio não é apenas um contratempo burocrático. É um sinal de que um projeto dessa dimensão não pode avançar à base de expectativas, sucessivas reformulações e prazos que se perdem pelo caminho. Se a iniciativa foi concebida para reorganizar o comércio informal e contribuir para a recuperação do Centro, a demora prolongada compromete justamente os objetivos que justificaram a sua apresentação.

É mister reconhecer que empreendimentos instalados em áreas históricas e ferroviárias envolvem exigências urbanísticas, ambientais e de preservação patrimonial. A isso soma-se também as exigências relacionadas à implantação do Trem Intercidades, que demandam estudos e adaptações... No entanto, tais questões não justificam o travamento do projeto.

A responsabilidade pela apresentação dos documentos e pela adequação da proposta cabe aos empreendedores responsáveis. À administração municipal, compete dar transparência aos procedimentos, orientar sobre as exigências legais e esclarecer quais condições precisam ser cumpridas para que a iniciativa possa prosseguir. Arquivar um processo por descumprimento de prazos pode ser administrativamente correto, mas não resolve o problema urbano que motivou a proposta do projeto.

Enquanto isso, os comerciantes continuam sem a estrutura prometida para exercer as suas atividades em condições mais adequadas. Campinas também permanece sem uma resposta para a ocupação dos espaços públicos e para a reorganização de áreas centrais que há anos enfrentam problemas de conservação, circulação e abandono. Não se trata de ignorar a importância do comércio de rua, o qual garante renda a muitas famílias, mas de conciliar o direito ao trabalho com o uso ordenado e democrático das vias públicas.

A revitalização do Centro exige mais do que intervenções pontuais e anúncios de grandes empreendimentos. Depende de planejamento integrado, preservação do patrimônio, segurança, manutenção urbana e soluções que considerem quem trabalha, mora e circula pela região.

Campinas precisa saber se o shopping popular é, de fato, viável nas condições propostas, qual será o caminho para sua execução e quais prazos podem ser cumpridos. Se o projeto original não se sustenta, é hora de apresentar alternativas realistas, em vez de alimentar indefinidamente uma promessa.

Cinco anos depois, a cidade não precisa de mais um anúncio. Precisa de respostas, responsabilidades definidas e decisões que saiam do papel. Afinal, revitalizar o Centro não pode continuar sendo uma promessa à espera de um endereço.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Requerimento é de autoria da Deputada Adriana Ventura (Novo-SP)

Deputada Federal cobra explicações sobre RPPSs e o Banco Master

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou requerimento ao Ministério da Previdência Social para esclarecer investimentos de regimes próprios de previdência (RPPS) no Banco Master, submetido à liquidação extrajudicial. Levantamentos apontaram R\$ 1,87 bilhão aplicado por 19 regimes no país. Em São Paulo, o Ministério Público de Contas identificou R\$ 238,15 milhões em aplicações ligadas ao banco em sete municípios, incluindo São Roque (R\$ 93,15 milhões), Cajamar (R\$ 87 milhões) e Araras (R\$ 29 milhões). A parlamentar cobra informações sobre valores investidos, eventuais prejuízos e medidas de fiscalização adotadas antes e depois da liquidação. O requerimento também questiona as providências para proteger os recursos destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos e identificar possíveis falhas de controle.

USP reúne juristas em defesa da democracia

A Faculdade de Direito da USP reuniu juristas e representantes da sociedade civil, na quarta-feira (21), em ato pela democracia, pelos direitos humanos e pela Constituição Federal. No Salão Nobre, a presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Rita Lara, leu o manifesto elaborado pelo professor Calixto Salomão Filho. Uma carta do ex-presidente do STF Celso de Mello, lida por Flavio Bierrenbach, destacou a proteção da dignidade humana. O encontro contou com José Carlos Dias, Luiz Felipe de Alencastro e Bianca Borges, da UNE, entre outros nomes.

KACO BOVI/FDUSP



Ato teve leitura de carta do ex-presidente do STF, Celso de Mello

Praga em castanhas é barrada em Guarulhos

Uma carga de 900 quilos de castanhas portuguesas vinda da Itália foi interceptada no Aeroporto de Guarulhos após a identificação da traça Cydia splendana, praga considerada ausente do Brasil. A mercadoria chegou em 7 de outubro. Segundo o Ministério da Agricultura, as larvas perfuram a casca e consomem o interior dos frutos, podendo causar perdas na produção. A carga passou por fumigação em 16 de outubro e deverá ser devolvida ou destruída. A espécie poderia causar prejuízos à agricultura e ao comércio.

CPTM prorroga convênio de R\$ 27,6 milhões

A CPTM prorrogou por 180 dias o convênio de integração tarifária e operacional entre ônibus municipais, metrô e trens de São Paulo. O aditamento, publicado no Diário Oficial desta quinta-feira (22), prevê R\$ 27,6 milhões e envolve SPTrans, Metrô, CPTM e concessionárias privadas. O acordo mantém a integração por bilhetagem eletrônica. O documento não detalha a destinação dos recursos nem sua distribuição entre as operadoras.

Lula em São Paulo

Lula (PT) encerra a campanha neste sábado (24), com caminhada na Avenida Paulista, em São Paulo. A concentração começa às 14h, na Alameda Campinas, e o ato às 16h. Estão previstas as presenças de Geraldo Alckmin (PSB), Fernando Haddad (PT), Marina Silva (Rede), Simone Tebet (PSB) e Márcio França (PSB). Lula votará em São Bernardo no domingo(25), às 8h

Tarcísio viaja com Flávio

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), participará da preparação de Flávio Bolsonaro (PL) para o debate contra Lula (PT), nesta sexta-feira (23), na TV Globo. A estratégia da campanha é reduzir provocações, priorizar propostas e dados de gestão. Tarcísio também viajará com Flávio para atos de campanha em MG e no RJ, antes de domingo(25).

Atrasos no BRT-ABC

A deputada estadual, Ana Carolina Serra(PSDB) pediu à Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais da Alesp que convide o secretário Rafael Benini e a presidente da Next Mobilidade, Milena Braga Romano, para explicar os atrasos nas obras do BRT-ABC e as medidas previstas caso o governo rompa o contrato com a concessionária.

Exames médicos CNH

O deputado estadual Edson Giriboni(UNIÃO) apresentou requerimento à Secretaria de Gestão e Governo Digital cobrando esclarecimentos sobre a distribuição de exames médicos e psicológicos para obtenção da CNH. O parlamentar questiona critérios de agendamento, igualdade entre profissionais, possíveis falhas no sistema e fiscalização.

Artesp x Via Mobilidade

A Artesp notificou a ViaMobilidade, responsável pelas linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda, para apresentar alegações finais em processo administrativo sancionador aberto em 2025. A empresa tem sete dias para se manifestar. A publicação saiu no Diário Oficial desta quinta-feira (22). A coluna questionou a Artesp sobre qual é a irregularidade e aguarda resposta.

Isenção do MC Dia Feliz

O deputado estadual Caio França apresentou requerimento ao governo cobrando informações sobre a isenção de ICMS na campanha McDia Feliz entre 2020 e 2026. O parlamentar questiona os valores da renúncia fiscal, a fiscalização dos recursos destinados às instituições assistenciais e a possibilidade de manutenção do benefício em 2027.



Relatos afirmam que policiais obrigaram os detidos a vestirem camisetas do PT

Coligação de Lula aciona TSE após denúncia de abuso policial

Deputada estadual denunciou ação de PMs e Ouvidoria pediu afastamento

Da **Redação**

A coligação Brasil Pronto pra Mais, do presidente Lula (PT), acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para pedir a retirada de publicações que associam sua candidatura ao tráfico de drogas após uma abordagem policial em Piracicaba, no interior paulista. A ação cita postagens de Flávio Bolsonaro (PL), Guilherme Derrite (PP), Carlos Jordy (PL-RJ) e Cabo Müller(PP).

O episódio ocorreu na quarta-feira (21), na comunidade Vitória Pantanal. Dois homens foram presos e um adolescente de 17 anos apreendido por suspeita de tráfico. Imagens dos três algemados, vestindo camisetas de apoio a Lula, circularam nas redes sociais.

A deputada estadual Professora Bebel (PT) esteve no local após denúncias de militantes que faziam campanha para Lula. Segundo os relatos, “policiais teriam agredido as mulheres e obrigado os detidos a vestir camisetas do candidato”.

Bebel acionou a Ouvidoria da Polícia de São Paulo, que solicitou à Corregedoria da PM o afastamento dos agentes envolvidos até a conclusão das investigações. A medida ainda depende de decisão das autoridades responsáveis.

A coligação pede ao TSE a

exclusão das publicações em até três horas, a proibição de novas postagens e multa de R\$ 30 mil por publicação irregular.

Bebel também criticou o senador eleito Guilherme Derrite pelo compartilhamento das imagens.

Em nota ao Correio da Manhã, Derrite afirmou que sua publicação buscou “alertar sobre o aliciamento de jovens pelo tráfico e não mencionou as camisetas”. Defendeu ainda “o debate sobre a redução da maioria penal e a apuração das denúncias”.

A Secretaria da Segurança Pública informou que “o Comando de Policiamento de Área 9 instaurou investigação preliminar sobre a conduta dos PMs. Segundo a pasta, não foram encontrados registros formais das denúncias das mulheres nas delegacias de Piracicaba”.

A SSP afirmou que “a operação apreendeu 160 porções de cocaína, um revólver e R\$ 340. Os adultos, de 21 e 24 anos, permaneceram à disposição da Justiça, enquanto o adolescente ficou apreendido”.

Segundo a SSP, a ocorrência foi registrada no 2º Distrito Policial de Piracicaba por tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e ato infracional.



Chamamento prevê selecionar organização da sociedade civil

TCM analisa edital de R\$ 11,9 milhões para lazer no Minhocão

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo vai analisar o edital de R\$ 11,98 milhões para atividades de lazer no Minhocão. O chamamento da Secretaria Municipal de Turismo prevê selecionar uma organização da sociedade civil para executar a programação nos fins de semana e feriados. Uma representação questiona o modelo de contratação, a ausência de custos detalhados e de pesquisa de preços, além dos critérios de seleção e das metas de desempenho da programação. A pasta suspendeu a abertura das propostas por prazo indeterminado após receber impugnação. Com isso, o TCM considerou prejudicado o pedido de suspensão cautelar, mas manteve a análise do caso. O secretário Gustavo Lopes de Souza e a comissão de seleção terão cinco dias para apresentar defesa e justificativas após a notificação. A secretaria deverá avisar o tribunal se decidir retomar chamamento.

EJA: Projeto proíbe fechamento de turmas

A Comissão de Educação da Câmara de São Paulo deu parecer favorável, nesta quarta-feira (21), ao projeto que obriga a rede municipal a manter turmas presenciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA). De autoria do vereador Celso Giannazi (PSOL), o PL 14/2020 busca impedir o fechamento dessas classes. A proposta ainda será discutida em Plenário. Na reunião, o colegiado deu aval a nove dos dez projetos previstos na pauta. A votação de uma das propostas foi adiada pelos vereadores da capital de SP.

DOUGLAS FERREIRA | REDE CÂMARA SP



Proposta ainda será discutida em Plenário da Câmara

Cesta básica sobe 0,72% em setembro na capital

A cesta básica de São Paulo subiu 0,72% em setembro, de R\$ 1.338,03 para R\$ 1.347,61, segundo pesquisa do Procon-SP e do Dieese com 39 produtos. A batata teve a maior alta: 21,22%, com o quilo passando de R\$ 6,41 para R\$ 7,77. Segundo o Procon-SP, chuvas prejudicaram a colheita e reduziram a oferta. A cebola subiu 8,22%, e o papel higiênico, 7,82%. Pacote de cinco quilos de arroz passou de R\$ 20,59 para R\$ 21,27, alta de 3,30%. No ano, a batata acumula aumento de 50,58%; em 12 meses, de 107,20%.

Ovos caem; cesta acumula alta de 4,80% no ano

A dúzia de ovos brancos recuou 4,94% em setembro, de R\$ 10,73 para R\$ 10,20, em meio à menor demanda interna, segundo o levantamento. Também recuaram o extrato de tomate (9,65%), a salsicha (5,05%) e o café em pó (3,94%). De janeiro a setembro, a cesta básica acumulou alta de 4,80%. Em 12 meses, o avanço foi de 3,82%. Nesse período, a cebola subiu 127,19%, enquanto o açúcar refinado recuou 20,66%.

Verbas para inovação

A Prefeitura de São Paulo propõe destinar R\$ 308,6 milhões à Secretaria Municipal de Inovações e Tecnologia em 2027. O montante consta do Projeto de Lei 752/2026, que trata da Lei Orçamentária Anual. Encaminhada pelo Executivo à Câmara no fim de setembro, a proposta define as previsões de receitas e despesas da capital para 2027.

Tecnologia na gestão

A secretaria responde por ações de inovação e pelo uso de tecnologia da informação e comunicação na administração municipal. As atribuições abrangem a modernização dos serviços públicos e a inclusão digital da população. O orçamento proposto para a pasta integra o planejamento de gastos da Prefeitura de São Paulo para o exercício de 2027.

Serviços à população

Entre os serviços administrados pela pasta estão o Descomplica SP e o SP156, voltados ao atendimento ao cidadão. A secretaria gerencia políticas de dados abertos. Essas atribuições fazem parte da atuação do órgão na modernização da administração municipal e no uso de tecnologia da informação e comunicação nos serviços públicos da capital.

Inclusão digital em SP

A rede de Fab Labs, os telecentros e as praças com Wi-Fi livre também estão sob gestão da Secretaria Municipal de Inovações e Tecnologia. Os equipamentos e serviços integram as atribuições da pasta ligadas à inclusão digital. A proposta orçamentária prevê R\$ 308,6 milhões para o conjunto de atividades executadas pela secretaria.

Estrutura de atuação

A estrutura da secretaria é dividida em nove áreas. Entre elas estão as coordenadorias de Inclusão Digital, de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Atendimento ao Cidadão e Modernização em Serviços Públicos. O órgão reúne frentes de atuação de tecnologia, ao acesso digital e aos serviços prestados à população.

Orçamento em análise

O projeto da Lei Orçamentária Anual prevê R\$ 146,5 bilhões para São Paulo em 2027, alta de 6,6% sobre o orçamento atual. Os valores ainda podem mudar durante a tramitação na Câmara. As informações sobre a proposta e as formas de participação nas discussões estão disponíveis no hot site do Orçamento 2027, no portal do Legislativo.



Comissão de Finanças se reúne para votar propostas

Saúde prevê R\$ 26,4 bilhões no orçamento do próximo ano

Hospitais concentram recursos; Câmara avalia verbas para 2027

Da **Redação**

A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo tem previsão de receber R\$ 26,4 bilhões em 2027, por meio do Fundo Municipal de Saúde. O valor é o segundo maior entre as secretarias da capital e consta do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), enviado pela Prefeitura à Câmara Municipal no fim de setembro. A proposta ainda pode sofrer alterações durante a tramitação no legislativo.

A maior parcela dos recursos destacados no programa de trabalho da pasta será destinada à manutenção e à operação da atenção hospitalar e dos serviços de urgência e emergência, com R\$ 7,4 bilhões. O Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS tem como valor uma previsão de R\$ 2,2 bilhões.

Para a manutenção e a operação dos sistemas de informação e comunicação, o projeto reserva R\$ 763,2 milhões. Outros R\$ 668,8 milhões estão previstos para ampliar, reformar e requalificar equipamentos da rede hospitalar e de urgência e emergência. A construção e a implantação de novas unidades devem receber R\$ 58,1 milhões.

O programa Avança Saúde SP II aparece na proposta com R\$ 328 milhões para melhorias na rede. As dotações integram

o planejamento de despesas da secretaria, responsável pela coordenação do atendimento básico, hospitalar e de urgência e emergência no município.

A manutenção e a operação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), que presta assistência pré-hospitalar e móvel, têm previsão de R\$ 223,5 milhões. A administração de material médico-hospitalar na rede de urgência e emergência de SP deve contar ao todo com R\$ 463,8 milhões.

Na assistência farmacêutica, estão estimados R\$ 802,5 milhões para a manutenção e a operação de atividades ligadas à atenção básica, às especialidades e à vigilância. Além de coordenar os serviços assistenciais, a pasta elabora ações de vigilância em saúde e faz o controle do Sistema Único de Saúde (SUS) na capital.

Na administração indireta, o Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) terá orçamento próprio, previsto em R\$ 539,6 milhões. O montante é destinado à manutenção das atividades da unidade e ao atendimento dos servidores municipais, separado dos R\$ 26,4 bilhões indicados para o Fundo Municipal de Saúde.

O Projeto estima um orçamento de R\$ 146,5 bilhões para 2027, um aumento de 6,6% em relação a 2026.



O presidente do Republicanos Campinas, Aderval Fernandes Júnior

Republicanos defende ato pacífico em contraponto à militância radical

Em um cenário de acirramento e polarização política, agravado por discursos militantes que decretam o fim da era “paz e amor”, o Republicanos de Campinas adota uma postura conciliadora ao reforçar que o ato agendado para o próximo sábado (24) deve priorizar a civilidade. A diretriz repassada aos manifestantes é de cordialidade e respeito a todos os cidadãos, incluindo eventuais grupos divergentes. Organizado pela legenda em conjunto com sete partidos parceiros (PP, PL, MDB, Podemos, União Brasil, PSD e Novo), o encontro reunirá lideranças municipais e estaduais a partir das 10h, no Centro de Convivência. A iniciativa visa ampliar a vantagem eleitoral de Flávio Bolsonaro no município, buscando engajar os mais de 205 mil eleitores abstêmios do primeiro turno, quando o candidato somou 329.733 votos (52,07%) contra 241.972 (38,21%) do adversário petista.

“Elogio à Urbanidade” (Erasmus de Roterdã)

“Todos os partidos envolvidos na organização do ato concordam que a manifestação em Campinas em apoio à eleição de Flávio Bolsonaro deve ser realizada com alegria, responsabilidade e segurança”, pontua o presidente do Republicanos Campinas, Aderval Fernandes Júnior. A coligação aposta no diálogo direto nas ruas para reduzir o abstencionismo e consolidar a liderança da candidatura de Flávio Bolsonaro na cidade.

Cantinho dos Jequitibás: pintura de régua

Entre as sugestões de pauta enviadas recentemente pela prefeitura para a divulgação pela imprensa sobre os feitos da Administração encontra-se a renovação da pintura do medidor do nível de água na Av. Orosimbo Maia, “deixando as cores da sinalização mais vivas e facilitando sua visualização” da régua comunitária, “importante para monitorar cheia no córrego”. Segundo o comunicado, “a ação foi discutida na primeira reunião da Operação Chuvas de Verão 2026/2027, que reúne diferentes órgãos municipais”.

ROGÉRIO CAPELA/ PREFEITURA DE CAMPINAS



Pintura da régua está entre as sugestões de pauta do Executivo

“Nova Atlântida” (Francis Bacon)

Ainda de acordo com o comunicado, “a Secretaria de Serviços Públicos integra o comitê da operação, que reúne diferentes órgãos para alinhar medidas de prevenção e resposta a eventos climáticos extremos”. Informa também que as régua “permitem acompanhar a elevação do nível da água e ajudam moradores e equipes de emergência a identificar situações de risco”.

PINGA-FOGO

Coeção política

A região de Campinas lidera as denúncias de pressão política no trabalho na 15ª Região do Ministério Público do Trabalho (MTP), que abrange o interior e o litoral norte de São Paulo. Das 123 queixas registradas no território da unidade até quinta-feira (22), 38 casos, o equivalente a 30,9% do total, ocorreram na área de Campinas.

Líder nas infrações

Os dados dizem respeito a toda a circunscrição da sede administrativa e não apenas à cidade polo, sem detalhamento individualizado por município. Na divisão da 15ª Região, Campinas superou Ribeirão Preto (19 casos), São José dos Campos (19) e São José do Rio Preto (18). Mas, a fatia da regional no total da 15ª Região variou nos últimos pleitos.

Em números

A regional campinense respondeu por 34,5% dos casos em 2022, alcançou 48,5% em 2024 e fixa-se em 30,9% na contagem atual divulgada pela instituição trabalhista. Os números expressam relatos recebidos e que dependem de apuração. A irregularidade ocorre quando empregadores usam a relação de trabalho para pressionar ou direcionar votos.

O que é assédio eleitoral

O crime ocorre por meio de ameaças de demissão, exigência de presença em atos ou promessa de benefícios vinculados a determinados candidatos, ideologias ou partidos. Mas, o ordenamento jurídico brasileiro assegura de forma integral a liberdade de convicção política e o sigilo do voto a todos os trabalhadores.

O que diz a lei

Porém, a legislação brasileira coíbe de forma rigorosa qualquer tipo de ingerência, intimidação ou constrangimento praticado por superiores diretos ou contratantes no ambiente de trabalho durante o pleito. A garantia protege o livre exercício da cidadania no emprego sem nenhum medo de sanções disciplinares.

Punição prevista

As empresas que praticam assédio eleitoral ficam sujeitas a sanções administrativas, pagamento de indenização por dano moral individual ou coletivo e ação civil pública. Além disso, os responsáveis podem responder criminalmente por coação eleitoral, sofrendo penas de reclusão e multa conforme a lei.



Projeto do prefeito Dário Saadi (Republicanos) foi aprovado pelo Legislativo

Construção prevê estagnação no Centro por outorga onerosa

Mercado e entidades criticam mudanças aprovadas pela Câmara

Por **Raquel Valli**

O setor da construção civil e entidades técnicas de Campinas criticam a aprovação do projeto do Executivo pela Câmara Municipal que altera a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo e fixa o Coeficiente de Aproveitamento Básico em um para toda a cidade, exigindo outorga onerosa à Prefeitura para qualquer construção acima da área do terreno. Isso porque a proposta fixa o Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) em 1 para toda a cidade, exigindo o pagamento de outorga onerosa para construções acima desse limite.

O presidente da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura (Area-Campinas), João Verde, afirma que a mudança atinge bairros consolidados e centrais como Cambuí, Taquaral, Jardim Proença e Norte-Sul, locais que permitiam construir de duas a cinco vezes a área do terreno sem a cobrança, prevenindo paralisação em novos empreendimentos centrais e desvio de investimentos para loteamentos novos em regiões periféricas.

Verde destaca a rejeição unânime das entidades técnicas e do mercado imobiliário, aponta a medida como legis-

lação arrecadatória aprovada em momento inoportuno e defende que o tema deveria ter sido debatido na revisão do Plano Diretor prevista para ser concluída entre o fim do próximo ano e o início de 2028, ressaltando que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano deu parecer contrário por contrariar as diretrizes vigentes.

OUTRO LADO

Em contrapartida, o vereador Luis Yabiku, vice-líder do governo, defende que a mudança busca unificar o processo e simplificar os cálculos para o cidadão.

A MUDANÇA

A nova regra padroniza o cálculo da outorga, fixa o prazo de 180 dias para processos em andamento, garante devolução integral de valores em cancelamento prévio de alvará e estabelece descontos para projetos específicos de habitação, uso misto ou fruição pública, preservando exceções para a Área de Proteção Ambiental, Termos de Acordo de Compromisso vigentes e edificações concluídas até 20 de dezembro de 2018. O projeto - aprovado em segundo turno - segue para sanção do prefeito Dário Saadi (Republicanos).

Como vai funcionar o transporte gratuito no domingo, 2º turno das Eleições 2026

Gratuidade será mantida até às 19h de domingo; PAI-Serviço atenderá pessoas com mobilidade reduzida

Da Redação

Os eleitores de Campinas que vão às urnas neste domingo, 25 de outubro, para o segundo turno das Eleições 2026 contarão com passe livre no transporte coletivo municipal. A medida, cuja gratuidade foi antecipada com exclusividade pela nossa reportagem, foi formalizada pelo decreto municipal nº 24.694/2026, em atendimento à resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

HORÁRIO DO PASSE LIVRE

A gratuidade valerá das 6h às 19h (duas horas antes e duas horas depois do período de votação, que ocorre das 8h às 17h). Após as 19h, a cobrança tarifária normal será retomada.

O embarque nos ônibus deve ser feito exclusivamente pelas portas traseiras. Os motoristas manterão as portas dianteiras fechadas para facilitar a orientação. Nos terminais e estações BRT o acesso livre será liberado pelos portões laterais nos terminais Central e Mercado, e pelas catracas laterais de portão baixo nas estações BRT.

Atenção: Não é necessário passar o Bilhete Único nas catracas dos ônibus ou dos terminais durante o horário do benefício.



Gratuidade será mantida até as 19h, neste domingo; PAI-Serviço atenderá pessoas com mobilidade reduzida

TRANSPORTE COLETIVO

Os bloqueios viários que ocorrem na região central, no sábado e no domingo do segundo turno das Eleições 2026, afetam o itinerário de diversas linhas de ônibus do transporte coletivo. Pontos de parada serão desativados temporariamente. Agentes da Emdec orientam os condutores e usuários dos ônibus.

CONFIRA AS LINHAS AFETADAS:

. Campos Sales x José Paulino. Linhas municipais: 249; 260; 317; 331; 332; 345; 348;

357; 359; 362; e 371. Linhas intermunicipais: 604 e 604DV1. Ônibus circulam pela José Paulino, Campos Sales, Francisco Glicério, Conceição, Irmã Serafina e seguem itinerário normal.

. Campos Sales x Senador Saraiva. Linhas municipais: 230; 253; 341; 432; 345; 346; 349; 357; 359; 360; 361; 364; 366; 367; 368; e 403. Seguem pela Campos Sales e Francisco Glicério.

. Francisco Glicério x Conceição. Linhas municipais: 230; 249; 260; 317; 331; 332; 345;

346; 348; 357; 359; 362; 364; 368; e 371. Ônibus circulam pelas vias Conceição, Irmã Serafina e seguem o itinerário habitual.

. Francisco Glicério x Benjamin Constant. Linhas municipais: 230; 253; 341; 342; 345; 346; 349; 357; 359; 360; 361; 364; 366; 367; 368; e 403. Entram na Benjamin Constant e seguem pela Senador Saraiva (pista interna), Campos Sales e retornam para a Francisco Glicério, seguindo o itinerário habitual.

. Benjamin Constant x Senador Saraiva. Linhas municipais: 230; 253; 341; 342; 345; 346; 349; 357; 359; 360; 361; 364; 366; 367; 368; e 403. Seguem pela pista interna da avenida Senador Saraiva; depois Campos Sales e acesso para a Francisco Glicério, seguindo o itinerário normal.

Na rua General Osório, os pontos do trecho entre as vias Francisco Glicério e Irmã Serafina serão desativados. Agentes da Mobilidade Urbana orientam os passageiros para a espera em local mais próximo.

ACESSIBILIDADE (PAI-SERVIÇO)

Para eleitores com mobilidade reduzida, o PAI-Serviço funcionará normalmente das 6h30 às 18h, prestando atendimento mediante viagens agendadas previamente pelos canais oficiais da Emdec.

COMO CONSULTAR SUA LINHA EM TEMPO REAL

Para planejar o trajeto até a seção eleitoral, o passageiro pode utilizar os aplicativos Cittamobi, Moovit ou Kim, ou acessar o site oficial da Emdec (portal.emdec.com.br/consulta-linha) para verificar horários e itinerários.

Em caso de dúvidas, a população pode acionar o telefone 118 ou o WhatsApp (19) 3731-2910.

Campinas terá atos políticos rivais pró-Lula e pró-Flávio neste sábado (24)

Por Moara Semeghini

A região central de Campinas será palco, neste sábado (24), véspera do segundo turno das eleições presidenciais, de duas manifestações políticas em campos opostos. Os atos de encerramento de campanha de apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do candidato Flávio Bolsonaro (PL) ocorrem em pontos distintos da cidade, separados por uma distância de cerca de 1,7 km.

O ato em apoio à reeleição do presidente Lula tem concentração marcada para as 9h30, na Estação Cultura. A mobilização reúne partidos aliados, movimentos sociais, coletivos de juventude e voluntários, com foco na reta final da disputa e na captação de votos para o pleito de domingo (25).



Campinas terá atos políticos rivais pró-Lula e pró-Flávio no Centro

A manifestação em apoio a Flávio Bolsonaro está programada para as 10h, no Centro de Convivência. O grupo de apoiadores do candidato do PL realiza seu ato público de encerramento na região central, buscando consolidar sua

base de eleitores no município antes da votação.

Os dois pontos de concentração situados em extremidades opostas do Centro representam um trajeto de cerca de 25 minutos de caminhada entre eles.

MPT atuará em plantão para combater o assédio eleitoral

Da Redação

O Ministério Público do Trabalho (MPT) funcionará em regime diferenciado de plantão presencial durante o final de semana de votação do segundo turno das eleições presidenciais de 2026, com a finalidade de assegurar atendimento às denúncias de assédio eleitoral no ambiente de trabalho.

A mobilização ocorrerá nos dias 24 e 25 de outubro, das 08h às 17h, em todas as unidades do MPT no interior de São Paulo. A medida busca resguardar a liberdade de convicção política dos trabalhadores e combater práticas patronais que visem coagir, induzir ou constranger empregados quanto à escolha de candidatos.

Na sede do MPT, em Campinas, serão designados até três procuradores e até dois ser-

vidores por turno de votação, enquanto as unidades interiorizadas (Araçatuba, Araraquara, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba) contarão com a atuação direta de um procurador e um servidor.

O objetivo é assegurar capacidade de intervenção imediata, articulando-se, se necessário, com outros órgãos (como o Ministério Público Eleitoral e a Justiça do Trabalho) para a adoção de tutelas de urgência, fiscalizações e outras medidas coercitivas cabíveis para cessar a prática de assédio eleitoral.

As denúncias poderão ser registradas diretamente nos canais eletrônicos do Ministério Público do Trabalho (prt15.mpt.mp.br) e nas respectivas unidades de atendimento durante todo o período eleitoral.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE VALINHOS



Orquestra consumirá 33,59% do orçamento previsto para 2027

Valinhos propõe redirecionar verba da Orquestra para acesso à cultura

Valinhos propõe redirecionar mais de R\$ 600 mil anuais destinados à Orquestra Jazz Sinfônica para ampliar cursos gratuitos, apoiar artistas locais e levar atividades culturais aos bairros. O projeto enviado à Câmara prevê revogar a lei que instituiu o Corpo Musical do Município e reorganizar os investimentos culturais. Estudo da Secretaria de Cultura aponta que a manutenção da Orquestra custará R\$ 624,5 mil em 2027, equivalente a 33,59% do orçamento da pasta. Até setembro de 2026, o grupo realizou três apresentações. Os recursos poderão financiar oficinas, instrumentos, apresentações e editais e conservação do patrimônio histórico. A proposta não impede a continuidade da Orquestra, que poderá buscar patrocínios, editais e leis de incentivo. O projeto será votado em segunda discussão na terça-feira (27). A proposta busca ampliar o acesso à cultura e valorizar artistas locais.

Vinhedo propõe jornada voluntária a professores

Vinhedo e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais chegaram a um entendimento sobre a jornada dos professores da rede municipal. A proposta prevê adesão voluntária à ampliação da carga horária, com limite de 43 horas semanais, por meio de aditivo ao acordo coletivo. Também estão previstos um acordo no processo judicial sobre horas extras e a adequação dos contratos. As medidas ainda dependem de formalização e homologação pela Justiça do Trabalho. A proposta busca garantir segurança jurídica e preservar as atividades escolares.

DIVULGAÇÃO



Proposta prevê limite de 43 horas semanais e homologação judicial

Vereadora questiona matrícula de alunos

A vereadora Nayla de Souza solicita esclarecimentos sobre a matrícula, em 2027, de mais de 100 crianças de Itupeva que estudam na rede municipal de Vinhedo. O requerimento questiona os critérios para a possível transferência dos alunos, os impactos pedagógicos e sociais da mudança e as tratativas entre as prefeituras para garantir a continuidade do ensino, incluindo o transporte escolar. Segundo relatos de familiares, as escolas informaram que as matrículas não poderão ser renovadas. O pedido foi aprovado por unanimidade e tem 30 dias para responder.

Acidentes com escorpiões preocupam moradores

Itatiba alerta para o aumento de escorpiões durante períodos de calor e chuva e orienta vítimas de picadas a procurar atendimento médico imediato. A Santa Casa é referência para aplicação de soro antiveneno, com atendimento 24 horas pelo SUS. Crianças de até 10 anos e idosos são grupos de risco. Para prevenir acidentes, a recomendação é manter quintais limpos, evitar lixo e entulhos, vedar ralos e frestas e afastar.

Tombamento municipal

Valinhos aprovou por unanimidade o tombamento municipal do Casarão do Marquês de Três Rios, atual sede do Clube de Campo Vale Verde. Construído entre 1860 e 1865, o imóvel já possui proteção estadual desde 2004. A medida reforça a preservação do patrimônio histórico e paisagístico, que inclui projeto de Burle Marx, assinado em 1972.

Intérpretes de Libras

O vereador Rony Tavares de Santa Bárbara d'Oeste solicita informações sobre o atendimento a pessoas surdas e surdocegas nos serviços públicos. O requerimento também questiona a criação de uma Central de Intérpretes de Libras, com atendimento presencial e remoto, e a previsão de recursos no orçamento de 2027 para ampliar a acessibilidade.

Iluminação pública

Nova Odessa já conta com Centro de Operações da Iluminação Pública na Garagem Municipal. O sistema monitora demandas, manutenções e serviços programados. Moradores podem solicitar reparos em lâmpadas apagadas pelo WhatsApp (11) 99694-2431, informando endereço completo e ponto de referência para facilitar o atendimento.

Voto em Indaiatuba

Indaiatuba mantém os mesmos locais de votação do primeiro turno nas eleições deste domingo (25). Eleitores que votavam na Faculdade Anhanguera foram transferidos para a Emeb Áurea Fernandes Corrêa, no Cidade Nova I. A Justiça Eleitoral recomenda consultar o endereço e a seção com antecedência pelo site do TRE-SP ou pelo app e-Título.

Cadastro Mobiliário

Cosmópolis convoca empresas, autônomos e contribuintes inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal para cadastramento obrigatório até 20 de novembro de 2026. O procedimento pode ser feito on-line ou presencialmente na Prefeitura. O descumprimento do prazo pode gerar penalidades previstas na legislação tributária municipal.

Déficit de médicos

A vereadora Jacira Chávare solicita informações sobre possível déficit de médicos nas UBSs de Americana. O requerimento questiona quais unidades e especialidades têm falta de profissionais e quantos médicos são necessários para atender à demanda. A proposta será votada em sessão ordinária e se aprovada, seguirá para análise.



Flávio teve 69,55% em Pedreira e 52,07% em Campinas no 1º turno

RMC constata a liderança de Flávio Bolsonaro no primeiro turno

Resultado do 1ª turno, entretanto, não interfere na votação do domingo (25/10)

Por **Jéssica Esteves**

Flávio Bolsonaro (PL) superou Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas (RMC) no primeiro turno. A votação do candidato do PL variou de 52,07% a 69,55% dos votos válidos. O resultado, porém, não define o segundo turno.

Pedreira registrou o maior percentual de Flávio, com 69,55%, ante 23% de Lula. Holambra teve 67,38% para o candidato do PL e 24,06% para o petista. Em Morungaba, os índices foram de 67,09% e 25,46%, respectivamente. Santo Antônio de Posse também teve votação expressiva: Flávio obteve 66% e Lula, 27,23%.

Flávio ultrapassou 60% dos votos válidos. Foi o caso de Americana (63,59%), Engenheiro Coelho (63,46%), Santa Bárbara d'Oeste (63,40%), Artur Nogueira (63,03%), Jaguariúna (62,32%), Vinhedo (62,25%), Itatiba (61,97%), Valinhos (60,17%) e Indaiatuba (60,29%).

A diferença foi menor em municípios populosos e industriais. Em Paulínia, Flávio alcançou 56,28%, contra 33,79% de Lula. Em Sumaré, foram 55,50% a 36,15%; em Cosmópolis, 54,92% a

37,29%. Monte Mor registrou 52,87% para o candidato do PL e 38,06% para o petista, enquanto Hortolândia teve 52,62% e 38,05%.

Campinas, maior colégio eleitoral da região, apresentou a menor distância entre os dois: Flávio teve 52,07%, ante 38,21% de Lula, diferença de 13,86 pontos percentuais. Nova Odessa teve 59,75% para Flávio e 31,11% para Lula.

No segundo turno, a votação do primeiro turno é apenas um ponto de partida. Com a disputa concentrada em dois candidatos, os votos destinados a outras candidaturas, além dos brancos e nulos, não se convertem automaticamente em apoio a nenhum dos concorrentes. A escolha dos eleitores, a campanha final e a abstenção serão fatores a observar na votação de domingo, 25 de outubro.

Os números mostram que Flávio liderou em todos os municípios da RMC no primeiro turno, mas não permitem antecipar o resultado final. A comparação entre as duas votações indicará se as diferenças registradas na região se mantêm ou se há mudanças na distribuição dos votos. O quadro regional é claro no primeiro turno, mas a votação final ainda depende das escolhas dos eleitores.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SOROCABA



Vereador Luis Santos quer continuar na presidência da Casa

Crise na presidência da Câmara de Sorocaba após racha entre aliados

O vereador Luis Santos (Republicanos) exonerou três ocupantes de cargos indicados pelos parlamentares Caio Oliveira e Vinicius Aith, também do Republicanos, marcando o rompimento político entre antigos aliados na Câmara Municipal de Sorocaba. A movimentação ocorre em meio às articulações para a eleição da próxima Mesa Diretora, no biênio 2027-2028. Caio Oliveira declarou pré-candidatura à presidência e disputará o comando da Casa pela oposição, contrariando o entendimento que sustentou a eleição de Luis Santos para o período de 2025 a 2026. As demissões atingem a Secretaria Legislativa, a Coordenação de Cerimonial e a TV Legislativa. O desgaste entre o grupo e a presidência já havia provocado mudanças no gabinete de Aith em julho deste ano, em meio ao distanciamento dos vereadores em relação ao prefeito Rodrigo Manga. O racha reconfigura a base governista.

Manga apoia Santos na presidência da Casa

Prefeito Rodrigo Manga (sem partido) declarou apoio público à reeleição do vereador Luis Santos no comando da Câmara de Sorocaba (SP) para o biênio 2027-2028. Em declaração, o chefe do Executivo afirmou que Santos é de sua “extrema confiança” e defendeu o alinhamento político entre os poderes como essencial para o desenvolvimento da cidade. O gesto reforça a articulação governista em meio à disputa contra as candidaturas de Caio Oliveira e Izídio de Brito. A eleição ocorre em 15 de dezembro.

REPRODUÇÃO



Manga declara apoio à reeleição de Santos na presidência

Hospital de Jundiaí atinge 63 órgãos captados

O Hospital São Vicente de Paulo, em Jundiaí (SP), realizou sua 14ª captação de órgãos de 2026 ao obter fígado e rins de um paciente de 55 anos, com aval da família. O fígado foi para o Hospital das Clínicas e os rins para a Unicamp. O procedimento levou o hospital a 63 órgãos captados no ano, mais que o dobro de todo o ano anterior. No Brasil, quase 50 mil pessoas aguardam transplantes. A intenção de doação pode ser registrada eletronicamente via cartórios (AEDO), mas a autorização familiar continua sendo indispensável.

Unidades de Jundiaí abrem no sábado

Dentro do Outubro Rosa, a Prefeitura de Jundiaí (SP) abre três unidades de saúde neste sábado (24) voltadas à prevenção do câncer de mama e do colo do útero. A UBS São Camilo, a UBS Fazenda Grande e a Clínica da Família Ponte São João oferecerão exames Papanicolau, solicitações de mamografia, testes rápidos, vacinação e a colocação do implante contraceptivo Implanon no São Camilo.

Carga gigante na Castello

Uma carga gigante de 576 toneladas e 112 metros de comprimento é transportada em operação especial na Rodovia Castello Branco (SP-280) na noite de ontem. O comboio sai de Quadra e segue até Avaré (SP), passando por sete cidades da região. A SPVias e a PM Rodoviária acompanham o trajeto e pedem atenção aos motoristas.

Prefeito é investigado

O Ministério Público (MP) instaurou inquérito contra o prefeito de Cerqueira César (SP), Diego Cinto, por suspeita de descumprir a ordem de pagamentos para priorizar contratos de festas em vez de fornecedores da saúde e repasses da previdência municipal. A prefeitura informou que colabora com as apurações do órgão estadual.

Ação da PM é apurada

A Polícia Militar instaurou apuração após denúncias de que agentes teriam obrigado três suspeitos de tráfico de drogas a vestirem camisetas do PT ao serem apresentados na delegacia de Piracicaba. O partido acionou a Procuradoria-Geral da República e alega armação política, enquanto a PM e a SSP investigam a conduta dos policiais.

Auditoria de urnas

Cartórios eleitorais da região de Itapetininga (SP) realizaram auditoria de mais de 470 urnas eletrônicas que serão usadas no segundo turno, em Alambari e Sarapuí (SP). O procedimento aberto ao público testa a votação nos equipamentos lacrados. A região também conta com a tecnologia JE-Connect para agilizar a transmissão dos dados.

PAT abre 251 vagas

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Itapetininga abriu 251 vagas de emprego. Há oportunidades para diversos níveis de escolaridade e áreas de atuação. Os interessados devem comparecer à unidade com RG, CPF e Carteira de Trabalho para cadastrar o currículo e concorrer às seleções abertas na cidade.

PNAB adia prazo de edital

A Prefeitura de Itapetininga (SP) prorrogou, até 27 de outubro, as inscrições para os editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). A medida dá mais tempo para artistas e produtores culturais da cidade enviarem seus projetos e garantirem recursos de fomento. Informações e anexos estão no site oficial do município.

REPRODUÇÃO/TV CÂMARA



Ex-presidente do São Roque Prev, Vanderlei Massarioli

TCE-SP manda ex-presidente do São Roque Prev devolver R\$ 93mi

Rombo ocorreu após o fundo aplicar o valor em títulos do Banco Master.

Da **Redação**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) condenou o ex-presidente do São Roque Prev, Vanderlei Massarioli, a ressarcir o instituto de previdência dos servidores municipais em R\$ 93,15 milhões. A decisão, tomada pela Primeira Câmara do órgão de fiscalização sob a relatoria do conselheiro Marco Aurélio Alves, decorre de irregularidades graves identificadas em uma sequência de operações financeiras realizadas entre abril e setembro de 2024. Além do montante milionário que terá de ser devolvido aos cofres do fundo com juros e correção monetária, o ex-gestor também foi penalizado com o pagamento de uma multa individual.

De acordo com o relatório técnico do Tribunal, o núcleo do prejuízo está associado à compra de letras financeiras emitidas pelo Banco Master. Os auditores constataram que as aplicações desrespeitaram abertamente as diretrizes de segurança e a política interna de investimentos da autarquia. Enquanto as regras do próprio São Roque Prev exigiam a alocação em ativos com nota de crédito mínima BBB+, as cartelas do Banco Master possuíam classifica-

ção de risco BBB, patamar inferior ao exigido para garantir a liquidez e a proteção do patrimônio previdenciário municipal. A situação se agravou criticamente no final de 2025, quando o Banco Master teve sua liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central, deixando o valor investido pelo instituto inacessível e inviabilizando a recuperação espontânea dos recursos.

Outro ponto destacado no acórdão envolve inconsistências documentais sobre a aprovação das operações, incluindo atas de reuniões do comitê com conteúdos divergentes. Diante dessas evidências, o TCE-SP ordenou o envio imediato de cópias do processo ao MP-SP para apuração de possíveis ilícitos na esfera criminal. Paralelamente, a Corte de Contas decidiu instaurar um processo específico para avaliar a responsabilidade da consultoria Crédito e Mercado, empresa que emitiu os pareceres técnicos que embasaram as alocações. A defesa de Massarioli alega que as decisões foram respaldadas por relatórios de análise especializada e tomadas de forma colegiada antes do colapso da instituição bancária. Cabe recurso contra a decisão do órgão de controle.

CORREIO
ECONÔMICO

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Lei prevê anistia tributária e ampliação do faturamento

Perdão de dívidas e novo teto do MEI: entenda o que muda

Sancionada nesta quarta-feira (21) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Complementar 238/2026, que estabelece novas regras para os microempreendedores individuais (MEI), estabelece o perdão de dívidas tributárias com a União. A legislação também aumenta gradualmente o limite de faturamento anual e amplia a possibilidade de contratação de funcionários. Batizado de Prospera MEI, o pacote inclui ainda medidas para facilitar a participação de pequenos negócios em compras públicas. Parte das mudanças, porém, só começa a valer em 2027. Além da lei, Lula assinou o decreto que dispensa os MEI da obrigatoriedade de emitir nota fiscal nas vendas de produtos e na prestação de serviços a pessoas físicas. A norma também prevê a dispensa para os chamados nanoempreendedores, conforme as condições estabelecidas na regulamentação.

CNI: maior insastifação desde a pandemia

A insatisfação dos empresários industriais com a lucratividade dos próprios negócios atingiu o maior patamar desde a pandemia de covid-19, revela a Sondagem Industrial, divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quinta-feira (22).

De acordo com o levantamento, o índice de satisfação com a margem de lucro caiu 1,3 ponto no terceiro trimestre do ano, para 42,2 pontos. Trata-se do menor valor para o indicador desde o segundo trimestre de 2020.

DIVULGAÇÃO / CNI



Reclamação é acerca da margem de lucro, aponta indústria

Ministro prevê renegociação de R\$ 90 bi

As instituições financeiras poderão apresentar até R\$ 90 bilhões em dívidas antigas a serem renegociadas na primeira etapa do Desenrola 3.0, disse nesta quarta-feira (21) o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo ele, o edital de chamamento dos bancos e de outras instituições dá início ao processo de habilitação de bancos e fundos interessados em vender carteiras de crédito à União. Apesar do volume previsto, o custo máximo estimado para a compra de todo esse montante seria de R\$ 9 bilhões

Procedimento mede o interesse dos credores

As instituições terão cinco dias úteis para informar o volume de débitos que pretendem oferecer. A etapa, porém, não é uma convocação para que os consumidores renegociem suas dívidas, mas um procedimento para medir o interesse dos credores e o volume de dívidas por faixas de renda. “Vamos permitir que várias faixas de renda sejam apresentadas, mas nosso foco são faixas de renda menores”, afirmou Durigan.

Teto de faturamento I

A maioria dos microempreendedores individuais (MEI) do país é otimista em relação à ampliação do limite anual de faturamento da categoria e à permissão para contratar até dois funcionários. A pesquisa Sondagem Econômica MEI foi realizada pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas em julho.

Teto de faturamento II

Segundo a pesquisa, 51% desses empreendedores afirmam que as mudanças trariam impactos positivos. O aumento do teto anual de faturamento integra o pacote de medidas da lei complementar sobre o programa Prospera MEI, sancionada na quarta-feira (21), no Palácio do Planalto. O limite passou dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil.

Restituição I

A Receita Federal restituiu mais de R\$ 41 bilhões a 25,9 milhões de contribuintes. Desses números, 80% dos contribuintes foram restituídos em até um mês após o fim do prazo de declaração. Neste ano, uma das novidades foi o cashback do IRPF, com restituição de R\$ 460 milhões para 3,4 milhões de pessoas que não tinham declarado em 2026

Restituição II

Pouco mais de 1% dos contribuintes declarantes, que tiveram pendências simples na malha fina, estão sendo orientados por cartas a regularizarem sua situação. O Projeto Cartas é a orientação para a autorregularização. São em torno de 500 mil contribuintes que estão sendo orientados para que possam corrigir erros simples.

Aviação civil I

A Anac atualizou o relatório de demanda e oferta com os dados da movimentação do setor no mês de setembro. No período, foram movimentados 10,9 milhões de passageiros, aumento de 0,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Deste total, foram 8,5 milhões de passageiros no segmento doméstico e 2,4 milhões no internacional.

Aviação civil II

A demanda, indicador calculado através da multiplicação do número de passageiros pelos quilômetros voados, cresceu 1,3% no setor doméstico e 4,6% no internacional em relação a setembro de 2025. Já a oferta, medida pela multiplicação de assentos ofertados por quilômetros voados, cresceu 6,2% no segmento doméstico e 3,7% no internacional.



Já a arrecadação previdenciária somou R\$ 64,6 bilhões em setembro

Arrecadação federal cresce 5,62% em setembro

Resultado acumulado até setembro alcança R\$ 2,351 trilhões

Da Redação

A arrecadação das receitas federais somou R\$ 239,4 bilhões em setembro, informou nesta quinta-feira (22) a Receita Federal. O valor representa crescimento real de 5,62%, descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na comparação com setembro de 2025.

De janeiro a setembro, a arrecadação alcançou R\$ 2,351 trilhões, com alta real de 6,97% em relação ao mesmo período do ano passado.

As receitas administradas pela Receita Federal totalizaram R\$ 231,4 bilhões em setembro, com crescimento real de 5,03%. Nos nove primeiros meses, a arrecadação dessas receitas chegou a R\$ 2,25 trilhões, alta real de 6,89%.

Segundo a Receita, o resultado foi impulsionado principalmente pelo aumento da arrecadação da contribuição previdenciária, do PIS/Cofins, do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital e do recolhimento de Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O órgão também destacou a arrecadação do Imposto de Exportação sobre óleo bruto.

A arrecadação previdenciária somou R\$ 64,6 bilhões em setembro, com alta real de 6,18%. O resultado refletiu os aumentos reais observados de 1,72% da massa salarial em agosto de 2026 (na comparação com o mesmo mês do ano anterior), bem como de 7,42% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário em setembro em relação a setembro de 2025.

Deve-se ainda ao crescimento de 14,88% no montante das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em relação a setembro de 2025.

“Houve, também, a reoneração escalonada da contribuição patronal dos municípios e da folha de pagamentos”, complementou a Receita.

Os tributos incidentes sobre as importações arrecadaram R\$ 13,3 bilhões no mês, com alta real de 21,07%, influenciados pelo crescimento das importações e pelo aumento das alíquotas efetivas de tributos e com o decréscimo de 4,15% na taxa média de câmbio.

O IRRF sobre rendimentos de capital somou R\$ 12,06 bilhões em setembro, com alta real de 9,68%, impulsionado pelo aumento da arrecadação sobre aplicações de renda fixa e pela tributação de dividendos.

GUSTAVO VASCO / CORINTHIANS



Clube recebeu R\$ 11,2 milhões, mas direcionou verba a outras dívidas

Corinthians acumula três meses de atraso em direitos de imagem

O Corinthians acumula três meses de atraso no pagamento dos direitos de imagem do elenco masculino, mesmo após receber R\$ 11,2 milhões ligados à Neo Química Arena. Segundo o UOL, a diretoria destinou o dinheiro a outros compromissos, como parcelas de um acordo tributário com a Fazenda Nacional, dívidas com o fundo Outfield e obrigações com o Banco Daycoval. A quantia seria suficiente para quitar ao menos uma parcela dos direitos de imagem, estimada em cerca de R\$ 10 milhões. O atraso total é estimado em R\$ 30 milhões. Os salários registrados em carteira estão em dia, mas o clube também tem premiações pendentes da Libertadores e do Campeonato Brasileiro. Até a publicação da reportagem, a diretoria não havia informado quando pretende regularizar os valores devidos ao elenco. A decisão provocou insatisfação entre os jogadores.

Vôlei Renata estreia na Superliga Masculina

O Vôlei Renata estreia na Superliga Masculina 2026/27 na segunda-feira (26), às 21h, contra o Norde Vôlei, em Fortaleza (CE). A equipe de Campinas inicia a disputa nacional após conquistar o tricampeonato consecutivo do Campeonato Paulista, resultado que reforça a sequência positiva do elenco na temporada. O confronto será disputado na Arena Multiuso CFO, com transmissão do sportv2. Na primeira fase, os clubes se enfrentam em turno e retorno, e os oito melhores colocados avançam aos playoffs em busca do título brasileiro.

PEDRO TEIXEIRA/VÔLEI RENATA



Equipe campineira começa a disputa nacional fora de casa, no Ceará

Americana agenda jogos de vôlei e handebol

As equipes femininas de vôlei e handebol de Americana têm compromissos neste fim de semana por competições regionais e estaduais. Nesta sexta-feira (23), o Sub-13 enfrenta Valinhos pela Liga Regional. No sábado (24), o handebol adulto encara Sorocaba pela semifinal da Liga de Handebol do Estado de São Paulo (LHESP). O jogo de vôlei será às 15h30, no Centro Cívico, pela última rodada da fase de grupos. A partida de handebol começa às 15h, no Ginásio do Parque Prezzoto, em Piracicaba, e vale vaga na final estadual.

Judoca de Americana conquista título nacional

O judoca Igor Zocal, da Associação Desportiva Americanense de Judô (ADAJU), conquistou o título dos Jogos da Juventude, na categoria Cadete Meio-Médio (-73 kg), em Foz do Iguaçu (PR). O atleta de Americana também foi campeão estadual dos Jogos Escolares de São Paulo (JESP), em agosto, e venceu os campeonatos paulistas Cadete e Júnior em 2026, além de conquistar o vice-campeonato brasileiro na temporada.

Superliga Feminina I

Três equipes paulistas entram em quadra pela Superliga Feminina de Vôlei entre sexta-feira (23) e segunda-feira (26). O Paulistano/Barueri enfrenta o Minas na sexta, às 18h30, em Belo Horizonte. No sábado, às 16h, o Osasco encara o Mackenzie, também na capital mineira, pela sequência da competição nacional.

Superliga Feminina II

O Sesi Vôlei Bauru fecha a sequência de jogos dos paulistas na segunda-feira (26), diante do Londrina, às 18h30, no Ginásio Moringão, no Paraná. Já o Pinheiros não atua neste período: a equipe tem compromisso previsto para 30 de outubro, contra o Brusque, em São Paulo, conforme a tabela da competição.

Aero Night Run I

Campinas recebe neste sábado (24) a Aero Night Run 2026, circuito de corridas realizado em aeroportos. A prova será no Aeroporto Estadual Campos dos Amarais, com abertura da arena às 18h30 e largada às 20h. A programação inclui corrida de 6 km e caminhada de 3 km para os participantes. A disputa será à noite.

Aero Night Run II

A programação também prevê o desafio Turbulência Zero, com percurso de uma milha (1.609 metros), destinado aos 50 homens e às 50 mulheres mais rápidos da prova principal. A cerimônia de premiação está prevista para as 22h15, com troféus para os melhores colocados na classificação geral. O evento integra o circuito.

Corrida em duplas I

A primeira Corrida Q² Eventos de Revezamento será realizada no domingo (25), às 7h, em Americana, no interior de SP. A largada está prevista para a Avenida Gioconda Cibir, 1475, em frente ao restaurante BIKEHOTEL. A prova será disputada em duplas, com percurso total de 10 quilômetros, dividido em duas voltas de 5 km.

Corrida em duplas II

A dinâmica prevê que cada integrante da dupla complete uma volta de 5 km. A corrida terá categorias masculina e feminina, além de duplas mistas, conforme as regras da organização. Todos os atletas que concluírem a prova receberão medalha, e as três primeiras duplas de cada categoria serão premiadas com troféus.



Equipe campineira recebe o Fortaleza neste sábado, em Indaiatuba

Ponte Preta tenta evitar a pior campanha da história na Série B

Macaca precisa somar mais quatro pontos para superar marca negativa

Da **Redação**

A Ponte Preta enfrenta o Fortaleza neste sábado (24), às 18h30, no estádio Ítalo Mário Limongi, em Indaiatuba, pela 35ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro. Já rebaixada para a terceira divisão, a equipe campineira entra em campo com o objetivo de evitar a pior campanha da história da competição na era dos pontos corridos.

Com 14 pontos após 34 partidas, a Macaca precisa somar pelo menos mais quatro nas quatro rodadas restantes para terminar acima dos 17 pontos registrados pelo Duque de Caxias em 2011, marca mais baixa desde que o torneio passou a ser disputado nesse formato.

O confronto com o Fortaleza será o terceiro jogo consecutivo da Ponte como mandante em Indaiatuba. O estádio Moisés Lucarelli, em Campinas, continua indisponível enquanto o gramado passa por obras de recuperação.

Nos dois compromissos anteriores no Ítalo Mário Limongi, o time perdeu por 2 a 0 para o Juventude e empatou por 1 a 1 com o Atlético-GO. O duelo deste sábado também coloca a Macaca diante de um adversário que ainda briga

pelo acesso à Série A.

Para a partida, o técnico Gilson Kleina terá dois desfalques por suspensão: o lateral Ryan Andrade, expulso no empate com o Atlético-GO, e o zagueiro Sérgio Palacios, que recebeu o terceiro cartão amarelo. Em contrapartida, o zagueiro Gustavo Almeida e o meia Dênis Borges voltam a ficar à disposição depois de cumprirem suspensão na rodada anterior.

Quatro atletas seguem no departamento médico e não têm previsão de retorno: o lateral-direito Júlio, o volante André Lima, o meia Miguel e o atacante Jonathan Cafu.

A reta final também representa uma chance de reduzir o impacto de uma temporada marcada por resultados ruins. A Ponte teve o rebaixamento confirmado em 4/10, após derrota para o Cuiabá, e já não tem possibilidade matemática de permanecer na Série B em 2027.

O clube ainda terá pela frente Criciúma e Goiás como visitante, antes de encerrar a competição contra o Operário-PR, em 14 de novembro. A equipe precisa aproveitar os últimos jogos para evitar que a campanha termine abaixo do recorde negativo do Duque de Caxias.

CORREIO
NO MUNDO



REUTERS/FOLHAPRESS

Forças de Putin lançam ao menos 21 mísseis contra a Ucrânia

Rússia e Ucrânia se atacam horas após anunciarem negociação

Poucas horas após o anúncio da reabertura de negociações pela paz na Ucrânia, as forças de Moscou e de Kiev trocaram ataques aéreos intensos mirando as capitais adversárias ao longo da madrugada desta quinta-feira (22). As ações seguiram padrão de episódios em que conversas estavam sendo costuradas antes, com os dois rivais na guerra iniciada por Vladimir Putin em 2022 escalando suas ações no intento de demonstrar força ante os mediadores americanos. Foram lançados ao menos 21 mísseis balísticos em três ondas contra Kiev, além de mísseis e outros aviões-robôs contra diversas regiões. Ao menos 2 pessoas morreram e 34 ficaram feridas. O alvo foi novamente o sistema energético do país, abalado antes da chegada do inverno europeu. Na mão contrária, as forças de Volodimir Zelenski lançaram um mega-ataque mirando Moscou, envolvendo ao menos 650 drones.

Países trocam corpos de soldados abatidos

Segundo o Ministério da Defesa russo, todos foram abatidos, mas destroços feriram duas pessoas em uma cidade da região administrativa da capital. Também seguindo um padrão de sinalizações que antecedem negociações, houve uma troca de corpos de soldados mediada por Belarus. Os russos entregaram 252 cadáveres e os ucranianos, 25. A nova iniciativa do governo de Donald Trump de tentar acabar com a guerra que ele havia prometido paralisar em 24 horas na campanha eleitoral de 2024 tomou corpo nesta semana.

DIVULGAÇÃO/ CASA BRANCA



Donald Trump enviou Steve Witkoff para negociar com Zelenski

Reabrir negociações pela paz com mediadores

Na terça (20), o negociador Steve Witkoff esteve em Oslo com Zelenski, viajando para São Petersburgo para um encontro com Putin no dia seguinte. Na reunião, o líder russo disse que aceita reabrir negociações com os vizinhos na presença dos americanos. O ucraniano concordou, e quando as comitivas estiverem definidas a reunião deverá ser marcada para algum momento em novembro. O Kremlin manteve a fleuma, com o assessor Iuri Uchakov dizendo que as novas concessões ventiladas por Zelenski a Witkoff “ainda não nos satisfazem completamente”.

Guinada americana favorável à Rússia

A visita de Witkoff, com a presença por videoconferência de seu usual parceiro de empreitadas Jared Kushner, deu sequência à guinada do republicano em favor da posição russa na guerra. Segundo o jornal britânico Financial Times, o americano voltou a sugerir o encontro que a China vinha costurando entre Trump, Putin e o líder Xi Jinping para discutir um acordo sobre a Ucrânia —sem a presença de Kiev, para protesto de Zelenski.

Ceder uma região

A reunião poderá acontecer às margens da cúpula dos países da Ásia-Pacífico, no mês que vem na cidade chinesa de Shenzhen. Apesar das sinalizações, ainda há o que Witkoff disse ser “muito trabalho à frente”. Segundo uma pessoa com conhecimento do assunto em Moscou disse à reportagem, Zelenski disse ao americano que aceitaria ceder uma região.

Forças da Otan

Segundo a fonte, Zelenski aceitaria abrir mão do controle da região oriental do Donbass em troca da presença de forças da Otan na Ucrânia. Em público, o ucraniano só admitiu até aqui congelar as linhas de frente, que garantem quase todo o controle do Donbass e outras duas regiões para Moscou, mas a fim de negociar o status futuro.

Novela continua

Hoje, Putin ocupa quase 20% do país. Já o Kremlin não aceita de forma alguma forças estrangeiras no vizinho. É uma novela já vista várias vezes desde que Trump voltou à Casa Branca, no ano passado. Em outras ocasiões, ele também rifou a Ucrânia para pressionar Zelenski a ceder, mas acabou por se frustrar com Putin.

Objetivo político

Desta vez, contudo, o americano tem um objetivo político: as eleições de meio de mandato em novembro, nas quais seu partido pode perder o controle do Congresso. Para tanto, tentou amenizar a inflação de combustíveis causada primariamente por sua guerra no Irã fechando um acordo de compra de diesel de Vladimir Putin.

Situação difícil

Com isso, ele dribla o embargo europeu ao produto russo, que obrigou um redirecionamento do derivado para outros mercados, como Índia, China e Brasil. Os ataques de Kiev a refinarias russas, contudo, obrigaram Putin a interromper a exportação. Agora, Trump pressiona Zelenski a parar com as ações, colocando o ucraniano em uma situação difícil.

Serviços de satélite

O americano deu também outros sinais, interrompendo avisos prévios a Kiev de lançamento de mísseis balísticos russos, suspendendo o envio de mísseis de interceptação comprados por europeus para a Ucrânia e tolhendo o serviço de satélite militar no país invadido.

Por Igor Gielow
(Folhapress)

Emmanuel Macron proíbe protestos ‘ilegítimos’ na França

REUTERS/FOLHAPRESS

Por Folhapress

O presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou nesta quinta-feira (22) que protestos “ilegítimos” serão proibidos nos próximos dias e responsabilizou grupos da extrema esquerda e vândalos pela onda de violência durante os protestos do último fim de semana. “Queremos um retorno à calma”, disse.

Após reunião com chefes dos serviços de inteligência e ministros do governo no Palácio do Eliseu, Macron anunciou que, no próximo sábado (24), só serão autorizadas manifestações organizadas por sindicatos, e que elas poderão ser desviadas para trajetos alternativos para proteger estabelecimentos comerciais.

“A recomendação geral é que não haja manifestações nos próximos dias”, afirmou. Reivindicações apresentadas por “pessoas que não têm nenhuma legitimidade para isso” serão rejeitadas, advertiu. “Não é o momento”.

Macron afirmou que, no último fim de semana houve, organizados de extrema esquerda tentaram derrubar a República durante os distúrbios. Os serviços de inteligência são acusados de não terem previsto a dimensão da mobilização de sábado passado. Na quarta (21), o presidente já havia dito que não deve haver hesitação no topo do Estado na hora de punir os manifestantes envolvidos nos distúrbios.

A fala ocorre enquanto autoridades de todo o país se preparam para novos protestos do fim de semana. Na capital, os principais museus, incluindo Louvre, d’Orsay e Picasso, permanecerão fechados no sábado.

Já em Lyon e em Marselha, que estão entre as principais cidades do país, todos os atos previstos para foram proibidos. Em Marselha, o transporte



Governo francês só autoriza atos organizados por sindicatos nos sábados

público foi suspenso nesse dia. Rouen e Toulon também vetaram os protestos, decisão vista pela oposição como restrição às liberdades.

Ainda assim, novas manifestações já começam a se organizar. A principal entidade estudantil da França, a Unef, convocou atos, e o movimento dos Coletes Amarelos anunciou uma marcha pelo centro de Paris. Os estudantes secundaristas, mobilizados desde setembro por mais recursos para as escolas, também aderiram. Os sindicatos preveem ainda uma greve geral e manifestações em 5 de novembro.

Um protesto estudantil marcado para esta quinta em Paris foi proibido, e as autoridades de transporte fecharam estações de metrô no centro da capital para evitar aglomerações não autorizadas.

Segundo o ministro da Justiça, 217 pessoas foram presas por envolvimento nos distúrbios.

No fim de semana, o governo mobilizará veículos blindados, helicópteros e militares. O nível de mobilização será 20% superior ao da semana passada, anunciou o ministro delegado do Interior, Jean-Didier Berger.

Comerciantes do centro de Paris começaram a cobrir vitrines com tapumes, e muitos decidiram manter as portas fechadas no sábado. A Hermès disse ter reforçado a segurança de suas lojas no país.

Problemas jurídicos podem levar guerra dos sigilos de Lula e Flávio a nada

Candidatos aceitam abertura de dados, mas condicionantes colocam em dúvida a divulgação

Por **Beatriz Matos**

A três dias do segundo turno presidencial, a eleição está rigorosamente empatada. Pesquisa Datafolha divulgada na noite de quinta-feira (22) apontam que Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) têm, ambos, 50% dos votos válidos. No meio dessa situação, repercute a guerra dos sigilos, a partir do desafio feito por Lula a Flávio no debate na Band no domingo (18) para que ambos abrissem seus sigilos na Justiça Eleitoral.

Na manhã desta quinta, as campanhas de Lula e Flávio Bolsonaro chegaram a um acordo para a abertura de sigilos bancários, fiscais e telefônicos dos candidatos e de pessoas ligadas a ambos. O documento, apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), prevê a divulgação simultânea das informações, até as 23h59, desta quinta. Entretanto, a assinatura não garante acesso imediato aos dados, que ainda dependem de procedimentos judiciais e do cumprimento das condições estabelecidas pelas campanhas.

TEMPO

A principal dúvida é se haverá tempo para obter, analisar e divulgar os documentos antes da votação de domingo (25). O professor de direito eleitoral da Estácio Brasília Armindo Madoz explica que a autorização voluntária possui relevância jurídica, mas não substitui uma decisão judicial. “A autorização do titular pode afastar determinados impedimentos à disponibilização de suas próprias informações, mas não obriga automaticamente os órgãos públicos a fornecê-las nem autoriza o acesso irrestrito a dados de terceiros”, afirma.

A advogada constitucionalista e professora Livia Medeiros também ressalta que o entendimento político não afasta as garantias legais de privacidade. “O acordo entre as campanhas não obriga o TSE a executar medidas sem fundamento legal ou fora de sua competência”, afirma. Segundo a especialista, o consentimento precisa ser livre, expresso e delimitado, especialmente quando envolve informações que não pertencem exclusivamente aos candidatos.



Desafio do sigilo foi feito durante o debate da Band

O documento foi apresentado ao TSE pelo senador Camilo Santana (PT-CE), coordenador da campanha de Lula, acompanhado do presidente do PT, Edinho Silva, e do secretário-geral da Presidência, Guilherme Boulos. A campanha de Flávio foi representada pela advogada Maria Claudia Buchianeri, acompanhada do ex-procurador Deltan Dallagnol, eleito senador pelo Novo no Paraná.

O acordo prevê a abertura simultânea dos sigilos e a disponibilização dos dados no sistema DivulgaCandContas ou em outro endereço eletrônico de acesso público. Contudo, a previsão não significa que todos os extratos bancários, documentos fiscais e registros telefônicos estejam disponíveis para consulta ainda nesta quinta-feira.

Armindo Madoz explica que é necessário diferenciar

a publicação das autorizações da efetiva disponibilização das informações. “A divulgação das autorizações no sistema DivulgaCandContas não significa que todas as informações protegidas por sigilo bancário, fiscal ou telefônico se tornarão automaticamente públicas”, esclarece. Segundo ele, os dados estão armazenados em instituições distintas e sujeitos a procedimentos específicos de fornecimento e proteção.

O professor acrescenta que o prazo até a votação é reduzido para a obtenção, organização e análise dos registros. “A obtenção de um documento específico pode ocorrer rapidamente, mas uma análise abrangente de movimentações financeiras, declarações fiscais e registros telefônicos exige procedimentos técnicos de conferência e contextualização”, observa.

CONDIÇÕES

A disputa começou no debate presidencial da Band, no domingo (18), quando Lula desafiou Flávio a abrir os próprios sigilos. Na terça-feira (20), o petista apresentou ao TSE uma autorização condicionada à divulgação de informações equivalentes pelo adversário. Flávio respondeu com uma série de exigências adicionais, posteriormente aceitas pela campanha do presidente.

Entre as condições apresentadas pelo candidato do PL estão informações sobre despesas com cartões corporativos da Presidência, registros de visitantes do Palácio do Planalto, movimentações relacionadas à primeira-dama Janja Lula da Silva e dados de auxiliares do governo, incluindo o ex-chefe de gabinete presidencial Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola.

A campanha petista, por sua vez, solicitou informações de Flávio, familiares e empresas relacionadas ao senador. O pedido também contempla dados que, segundo os representantes de Lula, podem esclarecer eventuais vínculos financeiros apontados em investigações em curso.

Apesar do entendimento, permaneceram divergências sobre o cumprimento das exigências. A campanha de Lula afirma ter atendido às condições apresentadas por Flávio. Já os representantes do candidato do PL questionam se os documentos solicitados foram efetivamente entregues.

Para Livia Medeiros, autori-

zações condicionadas não são necessariamente inválidas, mas podem dificultar sua execução. “Se cada campanha apresentar exigências diferentes ou deixar a avaliação do cumprimento exclusivamente ao próprio critério, haverá espaço para impasse”, explica.

A especialista destaca ainda que é necessário definir quais pessoas, períodos e documentos estão abrangidos pelo acordo, além de diferenciar a autorização para entregar informações à Justiça da permissão para divulgá-las publicamente.

IMPASSE

Um dos principais pontos de divergência foi a inclusão da Alcazar Holdings, empresa sediada na Ilha da Madeira, em Portugal, associada ao advogado e empresário Willer Tomaz. A companhia aparece em informações examinadas pela Polícia Federal em investigação sobre suspeitas de crimes financeiros envolvendo a relação entre o advogado e Flávio Bolsonaro.

Segundo Edinho Silva, a campanha do senador havia retirado a empresa das condições para abertura dos sigilos. Após insistência dos representantes petistas, a Alcazar voltou a integrar o acordo. A companhia também apresentou manifestação própria ao TSE autorizando acesso às informações, mas negou que Flávio tenha sido seu sócio ou beneficiário.

Flávio e Willer negam manter negócios em conjunto. As suspeitas investigadas não representam conclusão sobre a existência de irregularidades.

Livia explica que a inclusão de uma empresa exige autorização de quem possua poderes legais para representá-la. “Ser sócio ou ter acesso operacional à conta bancária não significa, necessariamente, poder autorizar sua exposição pública”, afirma. A especialista acrescenta que, caso os dados estejam mantidos no exterior, será necessário observar os procedimentos e as regras aplicáveis naquele país.

A campanha de Flávio designou Deltan Dallagnol para examinar a documentação apresentada por Lula. Em nota, a equipe informou que o ex-procurador ficará responsável por analisar extratos e relatórios financeiros em busca de eventuais inconsistências.



Mendonça autorizou abertura dos sigilos dos candidatos

RENATO PIZUTTO/BAND

NELSON JR./SCO/STF

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Alcolumbre e Motta tentam se manter nos cargos

Centrão se move para limitar o poder da direita

Lá no século 18, Montesquieu lançou a ideia do sistema de freios e contrapesos entre os poderes. Estabeleceu um modelo no qual cada um dos poderes serve de barreira para os outros, estabelecendo um equilíbrio entre eles. Já discutimos por aqui que, no Brasil de hoje, os poderes da República estão desequilibrados. Nesse sentido, o cientista político André Cesar e o advogado Alvaro Maimoni, da Hold Assessoria, começam a observar que pode estar se ensaiando um movimento de criação de um sistema de freios e contrapesos dentro de um só dos poderes, o Legislativo. Diante do grande avanço eleitoral da direita, mais especificamente, do PL, o Centrão ensaia esse movimento de contenção absoluta desse grupo. O Centrão vem comandando o Congresso desde que Eduardo Cunha se elegeu presidente da Câmara em 2015. “O Centrão não há de querer ser fagocitado pela direita”, observa André.

Preservação de espaços de poder

A biologia explica que a fagocitose é um processo pelo qual a membrana da célula vai absorvendo dentro dela outras partículas. Trazendo para o campo da política, seria agora a direita absorver para si esse campo do Centrão. O problema é que isso daria poder demais à direita que acabaria por expelir o Centrão das estruturas de decisão no Congresso. “A disputa pelo comando das duas Casas revela o esforço dos partidos do Centrão para preservar seus espaços de poder”, escrevem André Cesar e Maimoni.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Severino aproveitou-se de um racha no PT

Lembrem de Severino Cavalcanti

André Cesar relembra um momento importante: a eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) como presidente da Câmara em 2005. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava na metade do seu primeiro mandato, experimentando forte poder. O PT tinha forte hegemonia, 90 deputados na bancada. Certo da sua forma, permitiu uma disputa pelo comando da Câmara, com dois candidatos à Presidência, Luiz Eduardo Greenhalgh (SP), e Virgílio Guimarães (MG). A divisão dos votos entre os dois petistas acabou elegendo Severino Cavalcanti.

Há disputa na Câmara e no Senado

Agora, a direita começa a ensaiar disputa tanto no Senado quanto na Câmara. No Senado, o coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro (PL), Rogério Marinho (PL-RN), disputa as pretensões com Tereza Cristina (PP-MS). Na Câmara, têm pretensões de comandar os deputados o atual vice-presidente Altineu Côrtes (PL-RJ) e o líder do PL, Sóstenes Cavalcante. André Cesar observa essa disputa.

Alcolumbre e Motta

Na avaliação do cientista político, essas disputas podem acabar beneficiando os projetos de continuidade dos atuais presidentes do Senado e da Câmara, Davi Alcolumbre (União-AP) e Hugo Motta (Republicanos-PB). A partir do risco de perda de poder, o Centrão pode se unir à esquerda para mantê-los, mantendo espaços de negociação.

Esperteza

A essa altura, Alcolumbre tem de administrar certo excesso de esperteza. É o responsável por uma derrota histórica de Lula, quando trabalhou para rejeitar Jorge Messias como ministro do STF. Por outro lado, ajudou Lula a aprovar o fim da escala 6x1. No fim, pode ser um problema: não ter a essa altura a confiança nem de um lado nem do outro.

Senado

“Importante dizer que, apesar de contar com as maiores bancadas nas duas Casas legislativas, o PL não terá força suficiente para impor sozinho sua agenda. No Senado, a situação é mais favorável. Com 28 senadores, supera o mínimo de 27 assinaturas para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC)”, observam André e Maimoni.

Câmara

“Na Câmara, por sua vez, são necessárias 171 assinaturas, número superior aos 121 deputados que integrarão sua bancada”, continuam sobre os eleitos deputados pelo PL. “Em ambos os casos, contudo, a aprovação de uma PEC exige três quintos dos votos de cada Casa, em dois turnos, o que torna indispensável e obrigatória a negociação”.

Motta

Assim, Hugo Motta se mexe para tentar se manter no comando, ainda que ele seja uma figura mais controversa na Câmara, mais criticada, que Alcolumbre no Senado. Um movimento importante nos últimos dias favoreceu Motta. Ele recebeu o apoio público de 12 partidos para continuar à frente da Presidência da Câmara.

Pelo centro

E é em grande parte exatamente uma manifestação vinda pelo centro: a federação União Progressista, o MDB, a federação PSDB/Cidadania, o PSD, com legendas mais à esquerda como o PSB e o PDT. Essas eleições no comando do Congresso só se definirão em fevereiro do ano que vem. E, claro, vão depender do que acontecerá no domingo (25).

ANTONIO AUGUSTO/TSE



Representantes da Meta se reuniram com Nunes Marques

MPF determina requisitos à Meta antes das eleições

Bloqueio ou suspensão de postagens precisam passar por revisão humana

Por **Gabriela Gallo**

MAIS DE 200 MIL

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou para a empresa Meta (bigtech que administra as redes sociais Instagram, WhatsApp, Facebook e Threads) uma recomendação determinando medidas urgentes para garantir transparência e proteção à liberdade de expressão nas redes sociais vinculadas à empresa.

A empresa tem até esta sexta-feira (23) para responder se acatará as recomendações e para detalhar as providências que serão adotadas no período antes do segundo turno eleitoral, que ocorre neste domingo (25).

O prazo final para a apresentar o relatório conclusivo é de 30 dias. A recomendação foi protocolada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) na noite de quarta-feira (21).

Dentre os pontos estabelecidos pelo MPF, até a próxima segunda-feira (26), cinco dias após a publicação da recomendação, as plataformas virtuais devem deixar de remover publicações, suspender contas ou restringir funcionalidades sem fundamento jurídico ou contratual específico, priorizando a análise do contexto de cada caso.

Segundo o MPF, entre os dias 1º a 5 de outubro, a Meta bloqueou automaticamente 206.910 itens no Brasil.

Segundo a empresa, os conteúdos bloqueados reuniam três critérios: “marcador de uso de inteligência artificial (IA), classificação como conteúdo político-eleitoral e retrato de ao menos uma pessoa”.

Contudo, ponto levantado pelo PFDC é que grande parte dos bloqueios feitos, por terem sido automáticos, foram aplicados sem justificativa individualizada ou com base em enquadramentos indevidos em categorias graves, como terrorismo e exploração sexual infantil.

Na última terça-feira (20), a Meta enviou ao TSE um documento em que afirma que os conteúdos relativos às candidaturas de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República “são tratados de forma igual e não discriminatória”.

A empresa ainda garante que adotará obrigatoriamente revisão humana para “desabilitar ou restringir as contas de anúncios das candidaturas do segundo turno ou o impulsionamento de seus conteúdos”.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

EUA monitoram eleição e temem que Flávio seja impedido de tomar posse caso seja eleito

■ Os Estados Unidos monitoram as eleições presidenciais no Brasil e avaliam a possibilidade de Flávio Bolsonaro (PL) enfrentar obstáculos para assumir o poder caso vença a disputa no próximo domingo (25). A preocupação em Washington envolve eventuais decisões judiciais de ministros do STF.

■ Na avaliação de observadores de Washington, ministros como Alexandre de Moraes e Flávio Dino poderiam criar obstáculos à posse de Flávio Bolsonaro por meio de decisões judiciais, mesmo em caso de vitória nas urnas.

■ Caso o senador seja eleito, mas impedido de assumir o comando do Palácio do Planalto, a situação poderia provocar uma tensão sem precedentes nas relações en-



EMILY J. HIGGINS/THE WHITE HOUSE

Governo Trump poderia adotar sanções contra o Brasil que iriam além da Lei Magnitsky

tre Brasil e Estados Unidos.

■ Nesse cenário, o governo de Donald Trump poderia adotar sanções contra o Brasil que iriam além da aplicação da Lei Magnitsky e da imposição de novas tarifas comerciais.

■ Entre as possibilidades consideradas está a de a Casa Branca não reconhecer Lula como chefe de Estado brasileiro caso Flávio seja impedido de tomar posse. A medida abriria espaço para novas ações do governo Trump contra o Brasil.

Após cobrança de Flávio Dino, governo Lula admite que apuração sobre R\$ 8,4 milhões em emendas segue na fase inicial

■ O governo Lula admitiu ao STF que a apuração de irregularidades envolvendo R\$ 8,4 milhões em emendas parlamentares destinadas à saúde ainda está na fase inicial. A informação foi apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao ministro Flávio Dino, nesta quinta-feira (22/10), em resposta a uma cobrança do magistrado.

■ Em 9 de setembro, Dino determinou que a AGU e a Controladoria-Geral da União (CGU) prestassem esclarecimentos sobre as providências adotadas diante de irregularidades identificadas em auditorias do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus).

■ Na manifestação, a AGU reconheceu que as medidas adotadas pelo Executivo ainda não foram con-

cluídas. "As providências a cargo do Poder Executivo federal ainda se encontram em fase instrutória inicial", afirmou o órgão.

■ As auditorias identificaram aproximadamente R\$ 8,4 milhões em recursos com aplicação irregular ou não comprovada. Desse total, R\$ 7,74 milhões correspondem a danos ao erário e R\$ 677,8 mil a desvios de finalidade.

■ Das 25 auditorias complementares realizadas pelo Denasus, 17, equivalentes a 68%, resultaram em propostas de devolução ou recomposição de recursos. Segundo os dados apresentados, cerca de 78% dos valores identificados estão relacionados a emendas de bancada.

■ A CGU também identificou três casos que podem envolver condutas irregulares de empre-

sas. As situações foram encaminhadas ao Ministério da Saúde para apuração administrativa e eventual responsabilização.

■ A manifestação não identifica as empresas envolvidas nem os parlamentares responsáveis pelas indicações das emendas.

■ A AGU informou ainda que os relatórios poderão ser encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF) ou à Procuradoria-Geral da União caso sejam identificados indícios de crimes ou atos dolosos de improbidade administrativa.

■ As informações foram apresentadas no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854, relatada por Flávio Dino, que acompanha medidas de transparência e rastreabilidade na execução de emendas parlamentares.

TCU aponta gasto de R\$ 2,5 bilhões por indefinição do governo Lula sobre Angra 3

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) deu ao governo Lula dois prazos sucessivos de 120 dias para apresentar os estudos necessários e decidir sobre o futuro da usina nuclear Angra 3, no Rio de Janeiro. A determinação ocorre após o tribunal apontar que a indefinição sobre a continuidade das obras provocou gastos de cerca de R\$ 2,5 bilhões à Eletronuclear entre 2024 e meados de 2026.

■ O primeiro prazo foi estabelecido para o Ministério de Minas e Energia, comandado por Alexandre Silveira, atualizar, se necessário, e disponibilizar os documentos necessários à decisão. Após essa etapa, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), presidido pelo ministro, terá mais 120 dias para decidir entre a retomada e o abandono programado das obras.

■ No Acórdão, o TCU aponta que a indefinição mantém despesas com a preservação das estruturas, manutenção do empreendimento e pagamento de dívidas, apesar de as obras estarem paralisadas há aproximadamente uma década.

■ O tribunal afirma que a situação contribuiu para o desperdício de cerca de R\$ 2,5 bilhões entre 2024 e meados de 2026, utilizados na manuten-

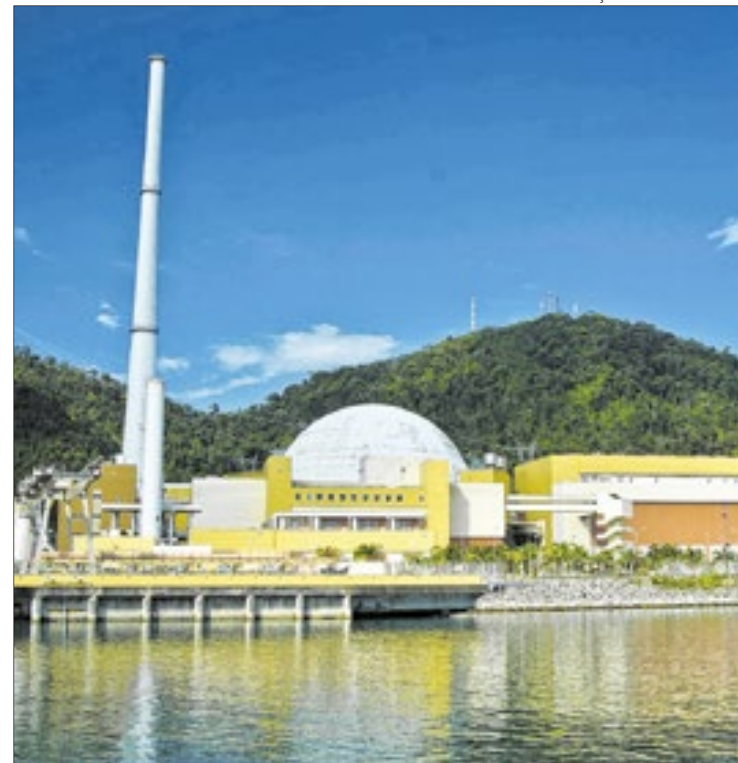
ção da estrutura da obra paralisada e no pagamento de despesas financeiras decorrentes de dívidas contraídas.

■ Em fevereiro de 2025, o Ministério de Minas e Energia apresentou voto favorável à conclusão da usina. Na ocasião, porém, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, pediu vista do processo, sob a justificativa de que se tratava de um tema complexo e ainda em análise pelo governo.

■ Em outubro daquele ano, o CNPE determinou a atualização dos estudos sobre o empreendimento. As informações entregues posteriormente indicaram que a conclusão das obras custaria aproximadamente R\$ 24 bilhões, enquanto o abandono do projeto teria custo estimado entre R\$ 22 bilhões e R\$ 26 bilhões.

■ O TCU também identificou reflexos financeiros em outras empresas do setor nuclear. Em 2025, a Eletronuclear registrou prejuízo líquido de R\$ 142 milhões e dívida líquida ajustada superior a R\$ 7,25 bilhões. Já as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), fornecedoras de combustível para as usinas de Angra 1 e 2, tiveram prejuízo de R\$ 156 milhões, em grande medida devido a atrasos nos pagamentos da Eletronuclear.

DIVULGAÇÃO/ELETRONUCLEAR



Tribunal deu prazo ao governo

PINGA-FOGO

■ PERDENDO OU GANHANDO LULA VAI INDICAR RODRIGO PACHECO PARA A 11ª VAGA DO STF - Ganhando ou perdendo, Lula promete cumprir um acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que na reta final da campanha pautou as votações que poderiam dar a sobrevida eleitoral à reeleição presidencial. Ele não vai deixar aberta a 11ª vaga no Superior Tribunal Federal. É pule de 10 a indicação do ex-senador Rodrigo Pacheco, que finalmente terá o seu assento no Olimpo do judiciário.

■ É uma questão de matemática aplicada. Com o atual quadro de senadores, incluindo os que deixam o mandato em 2027 e os que ficam, Alcolumbre tem a maioria para aprovar o nome do ex-presidente do Senado, hoje fazendo pit-stop no Tribunal de Contas da União. Querido pelos colegas, a sua aprovação não terá dificuldade. Lula preencherá a cadeira do STF com um nome de reconhecida cordialidade, notório saber jurídico e que será um valioso apoio, funciona como seguro para o futuro, não só para Alcolumbre, como para outros senadores, principalmente para os que agora perdem imunidade.

■ É um jogo de ganha-ganha independentemente da vitória ou derrota. Se eleito Flávio, a lógica sagaz de Lula funciona com a equação de tirar do futuro presidente a indicação de uma cadeira vazia. Se for reeleito, e deixar para 2027 o preenchimento da vaga, sabe que terá dificuldades com o novo Senado que emergiu nas urnas e uma composição na qual não terá mais senadores da sua tropa de choque.

■ É matemática política pura e vai muito além de um sinal de gratidão para Davi Alcolumbre, que sabe que precisa de um ministro para chamar de seu no STF, principalmente se avançarem as investigações sobre o advogado Willer Tomaz.

■ ALCOLUMBRE E MORAES: PROTEGIDO PROTEGENDO O PROTETOR - Os ouvidos mais aguçados de Brasília estão ouvindo buxixos que é exatamente esta relação do senador Davi Al-



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

  
@colunamagnavita

Na ABL, Presidente do TRE-RJ pede incentivo ao voto no Segundo Turno

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavares, e o juiz auxiliar de fiscalização da propaganda eleitoral, Marcello Rubioli, visitaram esta tarde a Academia Brasileira de Letras para pedir o apoio dos acadêmicos junto à população para incentivar o voto no segundo turno. “Vim aqui pedir apoio para o processo tão caro que é a democracia

do Brasil; pedir uma parceria dos acadêmicos para convocar os eleitores que não votaram no primeiro turno que votem agora. Não podemos abandonar o Brasil, temos que ser patriotas e exercer o voto. Através da cidadania vamos conseguir mudar uma série de coisas. O brasileiro reclama de certas coisas, mas tem que fazer a parte dele, e o voto é importantíssimo. O peso do voto é igual para todos”.



Merval Pereira, presidente da ABL; o desembargador Claudio de Mello Tavares; Paulo Niemeyer Filho, tesoureiro da ABL; e o juiz auxiliar Marcello Rubioli



O presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, com os imortais Merval Pereira (e), presidente da ABL; e Paulo Niemeyer Filho (d)



O desembargador Claudio de Mello Tavares, presidente do TRE-RJ, durante sua visita à Academia Brasileira de Letras

columbre com o advogado Willer Tomaz que vai aplacar os ânimos do ministro Alexandre de Moraes neste caso.

■ A relação de Moraes e Alcolumbre é também uma questão de sobrevivência para o ministro, que sabe que estará em porto seguro se houver a reeleição do senador para a presidência da casa na próxima legislatura.

■ TOC-TOC-TOC : TRANSIÇÃO É ASSUNTO PROIBIDO NO PLANALTO - No Palácio do Planalto, um velho petista resolveu colocar à mesa o assunto transição de governo. Tentou se habilitar para ser escalado no grupo que cuidará do tema. Levou um pito enorme e todos bateram três vezes na madeira.

■ Este é um assunto que querem deixar bem longe para não dar azar.

■ RANDOLFE RODRIGUES NO TCU - Nesta equação da indicação de Rodrigo Pacheco para o STF, após o segundo turno do dia 25 de outubro, há também um brinde extra para os senadores: a vaga do Tribunal de Contas da União.

■ Para o TCU, o nome do coléte do Planalto é o do senador Randolfe Rodrigues, que não se reelegeu. Este será um raro caso de Lula estender a mão a um aliado derrotado. Todos sabem que o presidente é insensível para acomodar companheiros derrotados nas urnas.

■ JOÃO DORIA SE POSICIONA NA SUCESSÃO PRESIDENCIAL - Mensagem corajosa do ex-governador de São Paulo João Doria Junior, na quinta, 22 de outubro, com as pesquisas dando empate entre Lula e Flávio Bolsonaro: “Amanhã estarei gravando um depoimento informando que como cidadão e eleitor, votarei contra a continuidade do governo do presidente Lula e a favor da eleição do senador Flávio Bolsonaro. Registro, pra que todos saibam que é uma decisão pessoal, desvinculada do LIDE e das nossas empresas. O Brasil vai viver neste domingo, o mais decisivo dos pleitos eleitorais da sua história. Não vou me sentir bem, se não expressar meu sentimento e minha posição. Espero que todos compreendam.”.

■ UM PARLAMENTO COM MAIOR PRESENÇA FEMININA - Embora os dados das eleições de 2026 representem o maior avanço político de gênero já visto no país, os cientistas políticos reforçam que o Brasil ainda enfrenta uma sub-representação crônica. As mulheres compõem 52,8% do eleitorado nacional, mas mesmo com os recordes históricos de 2026, elas ainda ocuparão pouco mais de um quinto (21%) das cadeiras do parlamento brasileiro, deixando evidente que a caminhada em direção à paridade total nas urnas ainda está em andamento.

■ O avanço nacional das mulheres também ecoou fortemente nas bancadas estaduais, pulverizando novas lideranças locais. Foram eleitas 213 mulheres para as Assembleias Legislativas de todo o país. Um acréscimo de 26 parlamentares na comparação com o pleito de 2022 (quando 187 haviam sido eleitas), registrando uma alta de quase 14% no âmbito estadual.

■ A bancada feminina na Câmara deu um salto expressivo e agora ultrapassa a marca de 100 parlamentares: 109 mu-

lheres conquistaram uma vaga nas 513 cadeiras da Casa em 2026. Um aumento de 21,1% em relação às eleições de 2022, quando 91 deputadas federais foram eleitas. Isso significa que 18 mulheres a mais ocuparão as salas e plenários da Câmara.

■ As mulheres passam a representar 21,2% de toda a Câmara dos Deputados. Pela primeira vez, a fatia feminina rompe a barreira histórica dos 20%.

■ O salto mais drástico na representação feminina proporcional ocorreu na eleição para a Câmara Alta. Os brasileiros elegeram 12 senadoras das 54 vagas em disputa, o triplo das quatro que haviam sido eleitas no pleito de 2022. Com a chegada das novas parlamentares e a permanência daquelas com mandatos em andamento, a bancada feminina total do Senado saltará para 18 senadoras em 2027 (frente às 15 da legislatura anterior). Elas passarão a controlar 22,2% dos 81 assentos da Casa.

■ Muito o que se comemorar no último pleito, porém, um longo caminho ainda a ser percorrido.

HUGUETTE GALLO



Instagram: @huguetta.gallo
E-mail: huguetta.gallo@gmail.com



A Bvlgari doou oficialmente para a Pinacoteca a obra digital *Serpent*



LECA NOVO / DIVULGAÇÃO

Entre os convidados, os atores André Lamoglia, Alice Wegmann e Maisa



A noite seguiu com jantar e reuniu nomes das artes, da moda e do entretenimento



Mariam Osman, referência no combate à islamofobia e Marcos Pitombo

Arte, joias e cena cultural, na noite de comemoração dos 75 anos de Serpenti

A Bvlgari promoveu uma noite dedicada à arte, música e intercâmbio cultural na Pinacoteca de São Paulo, na última quarta-feira, marcando um novo capítulo da parceria da Maison com o museu.

O evento contou com uma apresentação especial do Maestro João Carlos Martins e da Orquestra Bachiana Filarmônica Sesi-SP, além de celebrar a doação de *Serpenti*, obra digital do artista brasileiro Gabriel Massan, ao acervo permanente da Pinacoteca. Sua obra já foi apresentada em instituições como Serpentine Galleries, Centre Pompidou-Metz, Pinacoteca de São Paulo, MAAT e Museu de Arte Moderna de São Paulo, entre outras.

Comissionada pela Bvlgari em 2023 para celebrar os 75 anos de *Serpenti*, a obra nasceu da primeira colaboração criativa da Maison com um artista brasileiro. Ao colocar o simbolismo da serpente em diálogo com a pesquisa de Massan sobre linguagens digitais e novas formas de narrativa, o projeto apresentou uma interpretação contemporânea de um emblema marcado pelas ideias de transformação e renovação.

A joalheria é a patrocinadora da instituição e destina recursos ao Núcleo de Conservação e Restauro (que inclui o Laboratório de Conservação e Restauro e as Reservas Técnicas) para preservar obras do patrimônio, conectando diferentes formas de expressão artística por meio de uma experiência cultural compartilhada. Juntas, a obra de Massan e a apresentação de Martins colocaram em diálogo diferentes gerações e linguagens artísticas.



ANDRÉ LIGEIRO / DIVULGAÇÃO

Maestro João Carlos Martins com a projeção da obra digital de Gabriel Massan

Fundo estadual vai custear obras de ligação de esgoto executadas pela Sabesp

Recursos do Fausp vão ressarcir concessionária por obras; meta é atender 27.325 unidades em 2026



PREFEITURA DE PIRAÍ DO SUL

Fundo estadual financiará obras internas de ligação de esgoto realizadas pela Sabesp em imóveis de famílias de baixa renda no estado

Da Redação

O Governo de São Paulo ampliou o uso de recursos do Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento (Fausp) para ressarcir a Sabesp pelos custos de obras internas de ligação de esgoto em imóveis de famílias de baixa renda. A medida consta da Deliberação COFAUSP nº 5/2026, publicada no Diário Oficial do Estado na terça-feira (20), e inclui uma nova modalidade de intervenção no Programa Pró-Conexão. Para 2026, a meta estabelecida é atender 27.325 unidades de consumo.

O fundo, criado no contexto da desestatização da Sabesp, passou a financiar o programa, instituído pela Lei estadual nº 14.687/2012. Com a nova deliberação, a concessionária poderá receber ressarcimento pelas despesas comprovadas com obras internas nas três modalidades de ligação previstas nas regras do programa.

Em resposta ao Correio da Manhã, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) informou que os valores de referência para as ligações dos Tipos I e II

são de R\$ 2.500 por unidade. Para o novo Tipo III, o custo estimado é de R\$ 2.524,55 por ligação com execução total e R\$ 698,94 nos casos de execução parcial, considerando preços de novembro de 2025.

Segundo a pasta, esses valores são utilizados para planejamento e não correspondem necessariamente às quantias transferidas à Sabesp. O ressarcimento depende da comprovação das despesas com os serviços executados e da análise da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp).

RESSARCIMENTO SEM TETO FIXO

A Semil confirmou que não existe limite máximo de ressarcimento por modalidade. O pagamento à concessionária será calculado conforme as intervenções realizadas e comprovadas na prestação de contas. “O Fausp ressarcirá à Sabesp somente os valores relativos às obras internas efetivamente executadas e comprovadas na prestação de contas, após a devida análise pela agência reguladora (Arsesp)”, informou a Secretaria.

Questionada sobre os valores já desembolsados

e a quantidade de ligações realizadas em 2026, a pasta afirmou que a prestação de contas referente ao exercício ainda está em andamento. Os dados serão divulgados após a conclusão dessa etapa.

AMPLIAÇÃO DAS OBRAS

A principal alteração técnica é a criação da ligação intradomiciliar Tipo III, destinada a imóveis assobradados, com diferentes pavimentos ocupados por famílias distintas. A modalidade permitirá executar obras para conectar moradias dos andares superiores à rede de esgoto.

Segundo a Semil, os Tipos I e II foram concebidos para residências térreas e não contemplavam essas situações, comuns em favelas e outras áreas de vulnerabilidade social. As intervenções poderão envolver escavações, instalação de tubulações, execução de tubos de queda, rompimento e reposição de pisos e conexão à rede interna de esgoto.

A nova modalidade poderá ser aplicada nos 371 municípios integrantes da Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário 1 (URAE 1), desde que os imóveis atendam aos critérios de elegibilidade.

As metas serão contabilizadas pelo número de unidades autônomas de consumo atendidas e uma ligação física poderá beneficiar mais de uma unidade.

Atendimento digital soma 1,5 mil consultas em SP

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO

Da Redação

O Pronto Atendimento Digital de Registro realizou mais de 1,5 mil consultas médicas e 2.770 triagens entre abril e setembro de 2026, com índice de resolutividade de 84% e satisfação dos usuários de 87 pontos no NPS. A iniciativa do programa Saúde Digital Paulista permitiu que moradores com problemas de baixa complexidade recebessem atendimento pelo celular, sem deslocamento até uma unidade de saúde.

Implantado em 16 de abril, o serviço atendeu uma população estimada em 62 mil pessoas, com triagem por protocolos clínicos e consultas de médicos do Hospital

das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP).

O atendimento digital será encerrado nesta sexta (23). A experiência-piloto buscou avaliar a viabilidade da tele-saúde no município. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde, os resultados podem contribuir para o aprimoramento dos modelos de assistência digital no SUS.

Com o fim do serviço local, os moradores deverão procurar a rede municipal presencialmente. Para consultas de rotina e acompanhamento, a orientação é buscar a Estratégia Saúde da Família (ESF) ou a Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência. Em casos de urgência, a população deve procurar a UPA de Re-



A iniciativa foi implantada em abril e contemplou mais de 62 mil moradores.

gistro, que funciona 24 horas na Rua Santa Tereza, 100, Jardim São Nicolau.

O encerramento não afeta as demais unidades da rede municipal nem representa o fim do Saúde Digital Paulista, que mantém outras modalidades de tele-saúde no estado.

O programa utiliza tecnologia para ampliar o acesso à assistência especializada, reduzir distâncias e fortalecer o atendimento regionalizado. A iniciativa é desenvolvida pela Secretaria de Estado da Saúde em parceria com o HCFMUSP e integra soluções digitais para diferentes etapas do atendimento, da atenção primária ao suporte especializado a equipes hospitalares.

SP abre consultoria financeira gratuita

Moradores e empreendedores terão orientação individual sobre orçamento

Da Redação

A Prefeitura da cidade de São Paulo abriu inscrições para a Academia de Finanças, que oferecerá consultorias gratuitas e online entre 27 e 31 de outubro. O serviço é destinado a moradores da capital e a micro e pequenos empreendedores, com horários das 9h às 20h.

Os interessados na consultoria devem acessar o site da Agência São Paulo de Desenvolvimento (Ade Sampa), em adesampa.com.br, e escolher data e horário. Cada atendimento terá duração média de 45 minutos e será realizado individualmente, em uma sala exclusiva do Google Meet, por um planejador financeiro certificado CFP.

As orientações incluem organização de receitas e despesas, acompanhamento do orçamento, planejamento para pagamento de dívidas, definição de prioridades e avaliação de alternativas de crédito.

A iniciativa é realizada em conjunto pela Ade Sampa em parceria com a Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar).

A programação completa foi dividida em três faixas: manhã, das 9h às 12h; tarde, das 12h às 17h; e noite, das 17h às 20h. A proposta, segundo a administração municipal, é apoiar decisões financeiras a partir da situação apresentada pelo participante do projeto na chamada.

A Ade Sampa é vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Além da consultoria, a agência mantém serviços voltados à formalização, à regularização e à gestão de pequenos negócios. Os atendimentos empresariais são gratuitos e podem ocorrer de forma presencial ou remota, com opção de tradução simultânea em Libras.

Os analistas de negócios orientam a população sobre a documentação necessária



Cada atendimento terá duração média de 45 minutos e será realizado individualmente, no Google Meet

para manter a atividade regular e encaminham empreendedores para cursos e programas. A estrutura também reúne ferramentas digitais de apoio à gestão e capacitações para quem está começando ou pretende desenvolver uma empresa interessada.

Outra frente de atuação são os espaços de trabalho compartilhados, que oferecem estrutura de escritório em diferentes regiões da cidade. A agência também mantém programas de aceleração, com mentorias, assessorias e apoio ao desenvolvimento de projetos, além de orientação para acesso ao crédito.

Já a Planejar é responsável pela concessão da certificação CFP no Brasil. A sigla corres-

ponde a Certified Financial Planner, identificação utilizada por profissionais que cumprem requisitos de formação, avaliação técnica, experiência e ética. A aprovação no exame é uma das etapas exigidas para obter o título.

Segundo as regras da associação, o candidato precisa ter ensino superior completo e comprovar experiência profissional no atendimento direto a clientes pessoas físicas. Também deve aderir ao Código de Ética e às melhores práticas estabelecidas pela entidade. A certificação exige renovação periódica.

Para continuar utilizando a identificação, o profissional deve renovar a certificação a cada dois anos, compro-

var atualização por meio do programa de educação continuada, reafirmar a adesão ao código de ética e pagar a anuidade. O descumprimento dos requisitos pode levar à suspensão e, posteriormente, ao cancelamento do certificado.

A rede de apoio ao empreendedorismo inclui iniciativas para desenvolver cadeias produtivas e ampliar oportunidades de trabalho e renda nos bairros. No portal da agência, interessados podem consultar cursos, espaços de trabalho, ferramentas de gestão e modalidades de atendimento. Os serviços abrangem diferentes etapas da atividade empresarial, desde a formalização até o desenvolvimento do negócio.

Polícia investiga 20 corpos na capital e Grande SP

Da Redação

A capital paulista e a região metropolitana de São Paulo tiveram 20 corpos encontrados desde 10 de setembro. A Polícia Civil descarta a hipótese de atuação de um assassino em série e investiga se a maior parte das mortes está ligada a execuções determinadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

O caso mais recente ocorreu na manhã desta quinta-feira (22), quando um homem foi localizado morto na Marginal Tietê. Nos dois dias anteriores, outros dois corpos foram encontrados na cidade: um em uma área de mata de difícil acesso no Tremembé, na zona norte, e outro também na Marginal Tietê.

No Tremembé, a ocorrência foi registrada nas proxi-

midades da Avenida Coronel Sezefredo Fagundes. O outro caso envolve restos mortais de uma mulher. Segundo a investigação, dois homens teriam abandonado o corpo na marginal. As circunstâncias das mortes são apuradas pela Polícia Civil do estado.

O levantamento reúne ocorrências em ruas, rodovias, represas, terrenos baldios e áreas de mata. Na capital, foram contabilizados quatro casos na zona sul, quatro na leste, três na norte e dois na oeste. Outros quatro registros ocorreram no ABC Paulista. Embu das Artes e Santana de Parnaíba tiveram um caso cada cidade.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, parte das vítimas apresentava sinais de violência, com corpos amarrados, queimados ou esqua-



Novo batalhão da PM começou a operar com 150 motocicletas

tejados. Em sete ocorrências, os cadáveres estavam dentro de sacos ou envolvidos em cobertores. Até o momento, foram identificados 11 homens e três mulheres. Em cinco casos, ainda não foi possível

determinar o sexo.

A identificação das vítimas depende das condições dos corpos. Quando não é possível utilizar impressões digitais, os peritos recorrem à antropologia e à odontologia

forense. A comparação da arcada dentária com registros anteriores e dados fornecidos por familiares pode auxiliar o reconhecimento. Exames antropológicos também ajudam a estabelecer características biológicas nas vítimas.

O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de São Paulo afirma que não há elementos que indiquem um assassino em série. Os investigadores avaliam que as mortes têm motivações distintas. A suspeita é que parte delas tenha ocorrido em julgamentos clandestinos atribuídos ao PCC. A polícia informou que identificou suspeitos em alguns casos e pediu à Justiça a prisão de pelo menos um deles. Segundo a polícia, as vítimas já identificadas possuíam antecedentes criminais.

CORREIO
GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE**
(ESTAGIÁRIO) E
RAFAEL CHINAGLIA

FOTO: GOVERNO DE SP



Os recursos serão para recuperar a produção e retomar as atividades.

Governo SP libera R\$ 2 milhões para produtores afetados em Mogi

O Governo de São Paulo disponibilizou R\$ 2 milhões em crédito emergencial para produtores rurais de Mogi das Cruzes afetados pelas chuvas de setembro. Pelo FEAP, cada produtor poderá financiar até R\$ 30 mil, com juros de 3% ao ano, prazo de até 60 meses e carência de 12 meses. Crédito poderá custear insumos, replantio, reparos e reposição de equipamentos danificados. A linha cobre despesas comprovadas com fertilizantes, sementes e mudas nos 180 dias anteriores. Produtores poderão solicitar a prorrogação de parcelas de financiamentos do FEAP. Para pedir o crédito, é necessário procurar a Casa da Agricultura da CATI ou o escritório do ITESP até 31 de dezembro. Após avaliação dos prejuízos, um técnico elaborará um plano de recuperação para análise da Desenvolve SP. Os beneficiários deverão apresentar comprovantes fiscais em até 30 dias após a liberação.

Osasco aborda saúde mental e políticas para pets

A Câmara de Osasco debateu saúde mental, bullying, terceiro setor e proteção animal durante a 60ª Sessão Ordinária. A vereadora Stephane Rossi (PL) alertou para os impactos do bullying, incluindo o risco de suicídio, e defendeu mais empatia nas escolas. Laércio Mendonça (PDT) pediu apoio a ONGs e instituições religiosas que realizam ações sociais. Já Alexandre Capriotti (PL) cobrou a retirada de plantas tóxicas de espaços públicos, citando os riscos à saúde de pessoas e animais e a prevenção de riscos à cidade.

RICARDO MIGLIORINI



Vereadores apresentaram reivindicações durante a 60ª Sessão

Taboão aprova projetos de saúde e proteção social

A Câmara de Taboão da Serra aprovou sete projetos de lei em áreas como saúde, cultura e proteção social. As propostas incluem a entrega domiciliar de medicamentos a pessoas vulneráveis, valorização de artistas locais, inclusão de evento religioso no calendário municipal, proteção a crianças vítimas de violência, cadastro de vítimas de violência doméstica, capacitação para atendimento em saúde mental de crianças com TEA e reconhecimento de associação comunitária. Os textos seguem para análise do Executivo.

Arujá propõe campanha sobre a endometriose

Arujá instituiu a Campanha Municipal de Conscientização e Orientação sobre a Endometriose, por meio da Lei Municipal 3.874/2026, sancionada em 7 de outubro. A iniciativa prevê ações educativas no período de 13 de março para divulgar sintomas, prevenção e tratamento da doença, que pode afetar de 5% a 15% das brasileiras em idade reprodutiva e causar dores e infertilidade.

Mogi das Cruzes

A Polícia Militar resgatou um homem de 52 anos vítima de sequestro em Mogi das Cruzes, e prendeu três suspeitos. A vítima foi encontrada amarrada no porta-malas de um carro localizado na rodovia Pedro Eroles. O veículo tinha placa adulterada e havia sido furtado na Vila Mariana, na capital. Os suspeitos ficaram à disposição da Justiça.

São Bernardo

São Bernardo fará parceria com a Associação Brasileira de Emprego Apoiado (ABEA) para incluir pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A iniciativa, prevê inserir 450 profissionais em empresas da região em 24 meses. Até agora 71 candidatos foram avaliados, 19 vagas já abertas e quatro pessoas já contratadas.

Barueri

A Câmara de Barueri aprovou a inclusão do projeto Solidariedade que Corre nas Veias no calendário oficial de eventos, em setembro. A iniciativa incentiva a doação de sangue entre atletas e entidades esportivas. Organizada pelo grupo de corredores Pelotão 17, a campanha prevê ações de conscientização e divulgação, conforme o Projeto de Lei 063/2026.

Carapicuíba

O vereador Dr. João Naves (PSD) solicitou à Prefeitura de Guarulhos um mutirão de consultas com ginecologistas e clínicos gerais na UBS Adaauto Ribeiro, no Jardim Santos Estevão. A indicação busca reduzir a fila de espera, que, segundo moradores, chega a dois ou três meses para agendamento. A medida visa agilizar atendimentos.

São Caetano do Sul

O vereador Caio Salgado (PL) solicitou melhorias no trânsito e na sinalização de descarte de lixo em São Caetano. As indicações pedem fiscalização de veículos estacionados irregularmente na Rua Marina, no bairro Santa Maria, e substituição de placa danificada no cruzamento das ruas Francesco Fiorotto e Maringá, para coibir o descarte irregular.

Guarulhos

A operação Cata-Tralha recolhe móveis, colchões e eletrodomésticos em Guarulhos neste sábado (24) e domingo (25). Sábado: Parque Continental I, Jardim do Papai, Vila Sabatino, Jardim Renzo, Jardim Rosana e Jardim Palmira. Domingo: Parque Continental I, II e III, Vila Cambará e Jardim Gracinda. Deixe os itens na calçada até as 9h.



Proteção animal e condições de escolas também entraram na pauta.

Câmara de Santo André debate segurança e zeladoria

Sessões abordaram policiamento, saúde, mobilidade e educação.

Da **Redação**

A Câmara de Santo André realizou duas sessões ordinárias com debates sobre segurança pública, saúde, proteção animal, infraestrutura, mobilidade e educação. Pela manhã, o comandante do policiamento do ABC, coronel Carvalho, apresentou dados criminais e estratégias da Polícia Militar, incluindo uso de câmeras, integração entre forças de segurança e distribuição do efetivo.

Vereadores questionaram furtos em bairros, policiamento escolar, pancadões e condições de bases policiais. O comandante reconheceu demandas por reforço em algumas regiões e informou que a unidade da Praça do Carmo pode ser mantida após reforma. Também se declarou favorável às câmeras corporais.

Na área da saúde, a vereadora Dra. Ana Veterinária (PSD) apontou dificuldades no diagnóstico e tratamento da esporotricose e pediu ações preventivas, mapeamento de colônias de gatos e ampliação da castração. Ela defendeu um abrigo municipal para animais vítimas de maus-tratos e melhorias na Gerência de Controle de Zoonoses.

Entre as demandas urbanas, parlamentares solicitaram remoção de árvores com risco, obras de drenagem, ligação de esgoto, manutenção de praças, pontos de ônibus cobertos e reabertura da Estrada do Sertãozinho. Também foram cobrados recapeamento de ruas e redutores de velocidade.

O corredor de ônibus da Avenida Giovanni Battista Pirelli motivou pedidos de informações sobre custos, investimentos estaduais, cronograma e intervenções previstas. Na educação houve solicitações de reforma de quadra escolar e críticas à qualidade de portas instaladas em uma escola municipal.

Na 63ª sessão, foi mantido o veto parcial ao projeto sobre resgate e remoção de abelhas. Já na 64ª, os vereadores rejeitaram o veto total ao projeto que propõe incluir no aplicativo Santo André Mobi uma ferramenta para acompanhar, em tempo real, localização dos caminhões de coleta de resíduos.

Entre os locais citados para reforço policial estão Jardim, Campestre, Aramaçã e Parque Central. Na Praça da União Progressista, foram relatados danos à quadra e aos brinquedos e iluminação insuficiente.

Hotel Vitória recebe encontro sobre Parkinson

Encontro será sábado (24), das 9h às 12h, com participação de médicos

Da Redação

A Associação Campinas Parkinson (ACP) realizará, em parceria com a NeuroSapiens, um encontro científico dedicado às opções terapêuticas e aos desafios enfrentados pelas pessoas que vivem com Parkinson. O evento acontecerá no dia 24 de outubro de 2026, das 9h às 12h, no Hotel Vitória, em Campinas.

O evento surgiu de uma solicitação da Associação Campinas Parkinson à NeuroSapiens, que prontamente acolheu a proposta e se dispôs a organizar a iniciativa. A realização também conta com o apoio e o patrocínio da Ino-Medical e da Boston Scientific, parceiros fundamentais para viabilizar o encontro.

Será uma manhã dedicada à atualização científica e à troca de experiências, com a participação de médicos que compartilharão seus conhecimentos sobre tratamentos e procedimentos que podem

contribuir para a qualidade de vida das pessoas com Parkinson.

A programação inclui palestras com especialistas renomados: o Dr. Gustavo Lima abordará novas opções de tratamento medicamentoso, toxina botulínica (Botox) e bomba de infusão de foslevodopa; o Dr. Lauro Sideratos falará sobre como lidar com as flutuações on-off; a Dra. Alessandra Gorgulho discutirá as expectativas e os resultados da estimulação cerebral profunda (DBS) na atualidade; e o Dr. Antônio de Sales explicará como é realizada a cirurgia de DBS e o que esperar no período pós-operatório.

Após as apresentações, haverá um momento de perguntas e respostas, permitindo que os participantes esclareçam suas dúvidas diretamente com os especialistas. A programação será encerrada com um coffee break, que também proporcionará uma oportunidade de convivência e compartilhamento de experiências.



A Associação Campinas Parkinson realizará encontro científico

mento de experiências.

Mais do que um evento científico, a iniciativa demonstra como a união entre associações, profissionais da saúde e parceiros comprometidos pode ampliar o acesso à informação de qualidade e fortalecer o acolhimento das pessoas com Parkinson e de suas famílias.

CONQUISTAS

Desde o início da nova gestão da Associação Campinas Parkinson (ACP), em setembro de 2025, o trabalho tem sido voltado para ampliar a visibilidade da doença de Parkinson, defender os direitos das pessoas que convivem com a condição e promover ações concretas para melhorar a

qualidade de vida dos pacientes, de seus familiares e cuidadores.

Ao longo de 2026, importantes conquistas foram alcançadas graças à mobilização, às parcerias e ao trabalho coletivo em favor da comunidade.

Em abril, foi promovida uma mobilização na Lagoa do Taquaral, em Campinas, em alusão ao Dia Mundial da Doença de Parkinson. A iniciativa teve como objetivo aproximar a população dessa realidade, combater a desinformação e reforçar a importância do respeito e da inclusão.

O evento contou com o apoio da Universidade Paulista (UNIP), campus Campinas, do vereador Luiz Yabiku e do SBT, que divulgou a iniciativa

na televisão. A participação da imprensa foi fundamental para ampliar o alcance da mobilização e dar visibilidade às necessidades das pessoas com Parkinson.

Também foram realizados dois importantes eventos na Câmara Municipal de Campinas, em parceria com o vereador Luiz Yabiku. As iniciativas abriram espaço para o diálogo sobre a doença, seus impactos e as demandas de quem convive com essa condição.

Entre as principais conquistas do ano está a aprovação, em setembro de 2026, da lei que institui o Cordão da Tulipa Vermelha em Campinas, símbolo de identificação das pessoas com doença de Parkinson.

Reta final: concurso musical Vozes pela Igualdade

Da Redação

A votação das músicas finalistas do projeto Vozes pela Igualdade Edição Campinas entrou na reta final. O público pode acessar a página especial da iniciativa e escolher a canção que melhor representa os 20 anos da Lei Maria da Penha, com o tema “Se a dor é singular, a voz é coletiva”. A música mais votada será a vencedora.

Em uma semana, a Prefeitura já contabilizou cerca de 3 mil participações. O processo é rápido e pode ser concluído em menos de um minuto. Entre as finalistas estão Voz Coletiva, Cuidado Coletivo, Somos a Mudança, Nossa Voz, Ser Mulher e outras composições estudantis.

PROJETO REÚNE ESCOLAS E

INSTITUIÇÕES

O concurso é voltado a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do ensino médio da rede estadual. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Ministério Público de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação, a Fundação Educar, a PUC-Campinas e a Secretaria Estadual de Educação.

Promotores de Justiça visitaram ao menos 40 escolas para apresentar o projeto e estimular a participação dos alunos. As inscrições puderam ser feitas individualmente ou em grupos de até cinco estudantes, sempre com orientação de um professor.

O festival está previsto para 29 de outubro, no Centro de Convivência Cultural,



Promotores de Justiça visitaram pelo menos 40 escolas

no Cambuí. A programação inclui a apresentação das músicas finalistas, a exposição de poesias e artes visuais produzidas pelos estudantes e a entrega das premiações.

Segundo a organização,

apenas as músicas passaram por avaliação no concurso. As demais produções artísticas estarão em mostra no hall de entrada do teatro no dia do evento, ampliando a participação dos jovens na celebra-

ção.

CRITÉRIOS E ORIENTAÇÃO AOS PARTICIPANTES

A seleção das dez canções finalistas considerou critérios como adequação ao tema, expressividade, coerência conceitual, qualidade artística, pertinência aos direitos humanos e compromisso com o enfrentamento às discriminações. Também foi observada a responsabilidade com o cuidado da saúde mental.

Estudantes com dúvidas podem procurar as diretorias das escolas ou entrar em contato com o Fale Conosco SME, pelo WhatsApp (19) 2515-7100. A ação também conta com apoio de secretarias municipais ligadas às áreas de políticas para as mulheres, cultura e turismo, saúde e comunicação.

Sumaré lança um protocolo para enfrentar racismo nas escolas

Material traz as condutas para identificar e acolher vítimas desse tipo de crime

Da Redação

A rede municipal de ensino de Sumaré passou a contar com um protocolo para prevenir e enfrentar casos de racismo nas escolas. O documento foi lançado na quarta-feira (21) pela Secretaria Municipal de Educação e reúne orientações para identificar situações de discriminação racial, acolher as pessoas atingidas e definir os encaminhamentos adequados. A iniciativa também busca evitar omissões diante de manifestações racistas e fortalecer ações educativas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial.

Segundo a divulgação da Secretaria, o material foi elaborado no âmbito das ações municipais relacionadas à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Quilombolas (PNEERQ). A política nacional tem como objetivo apoiar medidas educacionais para superar desigualdades étnico-raciais e enfrentar o racismo nos ambientes de ensino, além de promover a educação escolar quilombola.

O protocolo pretende orientar profissionais da educação e integrantes da comunidade escolar sobre como agir diante de situações de racismo. Entre os pontos apresentados pela Prefeitura estão o reconhecimento de



Iniciativa da Secretaria de Educação integra ações municipais ligadas à política nacional de equidade racial

ocorrências, o acolhimento e a proteção das vítimas e a definição de encaminhamentos. O material também prevê o fortalecimento de práticas educativas voltadas à construção de uma cultura antirracista nas unidades de ensino.

A proposta é ampliar a capacidade das escolas de reconhecer manifestações de discriminação, agir diante das ocorrências e assegurar que estudantes sejam tratados com respeito, independentemente de sua origem étnico-racial. A Secretaria afirma que o documento deve servir como instrumento de orien-

tação para as unidades escolares e reforçar a responsabilidade coletiva no combate à discriminação.

O secretário municipal de Educação, Lucas Gomes, afirmou que o protocolo busca orientar as escolas e reforçar a garantia de direitos dos estudantes. “Este é um instrumento importante para orientar nossas escolas na prevenção e no enfrentamento do racismo. Precisamos garantir que todos os estudantes sejam respeitados e tenham seus direitos assegurados. Combater a discriminação racial exige compromisso permanente e responsabilidade de toda a

comunidade escolar”, declarou.

O lançamento ocorre em um contexto de adoção de protocolos antirracismo por redes públicas de ensino no país. Diagnóstico Equidade 2026, coordenado pelo Ministério da Educação, apontou que 53% das redes municipais adotavam protocolos formais para responder a casos de racismo, segundo dados divulgados em setembro. Entre as redes estaduais, o índice era de 93%. Os números se referem ao cenário nacional e não indicam, por si só, a situação específica de Sumaré.

Exército faz treinamento estratégico com o apoio da Guarda Civil em Indaiatuba

Da Redação

O Exército Brasileiro realizou nesta semana a Operação Anhanguera, exercício de adestramento estratégico acompanhado pela Junta de Serviço Militar de Indaiatuba. A atividade é coordenada pela 11ª Brigada de Infantaria Mecanizada, sediada em Campinas, e executada pelo 2º Grupo de Artilharia de Campanha, instalado no quartel de Itu, sob comando do tenente-coronel Tiago Cunha Flecher Lopes.

O treinamento busca aprimorar o preparo e a prontidão das tropas por meio de simulações táticas que exigem



Corporação metropolitana deu suporte de inteligência e monitoramento

planejamento, coordenação e atuação integrada. O exercício também avalia a capacidade de resposta dos militares da Força de Emprego de

Prontidão e promove missões de cooperação com agências governamentais.

A Guarda Civil Municipal participa com suporte de in-

teligência, monitoramento e logística viária, auxiliando na organização das simulações. A ação fortalece a cooperação entre o Exército e os órgãos municipais e contribui para a preparação em situações que exigem mobilização coordenada.

O prefeito em exercício, Luiz Carlos Chiaparine, afirmou que a operação reforça a parceria entre o Exército e o poder público. O secretário da Junta de Serviço Militar, sargento Garba Cardoso, destacou a importância do treinamento conjunto e agradeceu a Mario Mirone, que disponibilizou uma área da Fazenda Pimenta para as atividades.

Nova Odessa propõe Refis 2026 para regularizar débitos tributários

Da Redação

A Prefeitura de Nova Odessa encaminhou à Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 44/2026, que propõe o REFIS 2026 para regularizar débitos. A iniciativa prevê descontos de até 95% sobre juros e multas e parcelamento em até 60 vezes. O texto depende de aprovação dos vereadores.

A proposta abrange débitos tributários e não tributários relativos a fatos geradores até 31 de dezembro de 2025, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os discutidos judicialmente. Para o ISSQN, será possível incluir débitos gerados até a entrada em vigor da futura lei. Dívidas de ITBI ficam de fora.

O desconto máximo será concedido no pagamento à vista. No parcelamento, a redução será de 75% em até 12 vezes; 60% em até 24; 40% em até 36; 20% em até 48; e 10% em até 60 parcelas. Os valores mínimos começam em R\$ 84 para pessoas físicas e R\$ 360 para empresas.

A adesão está prevista de 26 de outubro a 11 de dezembro, das 8h30 às 15h30, na Central de Atendimento. A primeira parcela deverá ser paga em até cinco dias úteis após a formalização. O atraso de três parcelas poderá levar à exclusão do programa e à perda dos benefícios.

O projeto foi enviado em regime de urgência. Segundo a justificativa, a recuperação de créditos pode reforçar a arrecadação durante a transição da Reforma Tributária, especialmente em relação ao ISSQN.



Projeto prevê a adesão ao programa em dois meses

VINICIUS LUMMERTZ

Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

A mudança não pode esperar

Domingo à noite, o Brasil escolherá um presidente. Segunda-feira de manhã, milhões continuarão fazendo contas: a prestação que vence, o crédito que falta, a empresa que precisa sobreviver. O próximo governo terá de dar respostas a essas pessoas. Minha posição é favorável à mudança representada por Flávio Bolsonaro. Mas qualquer vencedor precisará de reformas e capacidade de entendimento.

A eleição discutiu mais o passado do que o futuro. Produtividade, inteligência artificial, turismo e meio ambiente ficaram à margem. Temos oportunidades extraordinárias que precisam se transformar em prosperidade. O Brasil precisa se olhar no espelho.

Os indicadores revelam as amarras. No Doing Business 2020, última edição do levantamento do Banco Mundial, descontinuado em 2021, o país ficou em 124º entre 190 economias. No índice de liberdade econômica da Heritage de 2026, ocupa o 134º lugar. A dificuldade de produzir limita a renda que podemos distribuir.

A educação expõe outro bloqueio. No Pisa 2025, o Brasil alcançou 377 pontos em matemática, ante 379 em 2022 e 463 na média da OCDE. A variação não é estatisticamente significativa: o problema é uma década de estagnação em nível baixo. A escola que pouco avança compromete o salário de amanhã.

A história ensina. O Real, lançado sob Itamar e consolidado por Fernando Henrique, protegeu salários da inflação. FHC avançou com privatizações, competição nas telecomunicações, reorganização bancária pelo Proer e Proes, renegociação das dívidas estaduais e Lei

de Responsabilidade Fiscal. Somaram-se o câmbio fluatuante e as metas de inflação.

Lula recebeu esses benefícios, contou com conjuntura externa favorável e ampliou o crédito. Houve reformas pontuais, mas faltou continuidade à modernização do Estado e do ambiente produtivo. A distribuição dos frutos ganhou precedência sobre a renovação das condições de produzi-los.

Sob Dilma, os desequilíbrios desembocaram numa perda acumulada próxima de 6,7% do PIB em 2015 e 2016. Temer retomou as reformas: teto de gastos, modernização trabalhista, Taxa de Longo Prazo e Programa de Parcerias de Investimentos. Durante seu governo, a Selic caiu de 14,25% para 6,5%, acompanhando a desinflação e a recuperação da confiança.

Hoje, a dívida cobra uma resposta. O endividamento bruto do governo geral passou de 71,7% do PIB, no fim de 2022, para 82,9% em agosto de 2026. Nas empresas, as dívidas negativadas saltaram de R\$ 149,1 bilhões, em agosto de 2024, para R\$ 244,4 bilhões dois anos depois. São 9,3 milhões de CNPJs inadimplentes, incluindo 8,8 milhões de micro e pequenas empresas.

O auxílio aos MEIs pode aliviar o caixa. Mas, se os juros e os custos de empreender continuarem elevados, a necessidade de ajuda reaparecerá. O nacional-consumismo encontra seu limite quando famílias e negócios precisam tomar emprestado para continuar funcionando. A autonomia exige capacidade de investir.

Enquanto isso, investimentos aguardam. Em 2025, a MoveInfra estimou em R\$ 1,7 trilhão os recursos associados a mais de 3.500 projetos parados por falta de licenciamento ambiental. Preservar exige rigor, clareza e prazo. A demora também custa empregos e infraestrutura.

Permitimos a expansão das bets enquanto adiamos o debate sobre resorts integrados com cassinos e investimento turístico. A natureza pode sustentar conservação e prosperidade. A inovação precisa transformar escolas, empresas e serviços públicos.

Reformar exigirá enfrentar interesses consolidados. Emendas impositivas que fragmentam prioridades, supersalários e despesas ineficientes comprimem o espaço para investir. O Congresso precisará participar da correção das próprias distorções. Governar será negociar com quem também terá de mudar.

Se Lula vencer sem corrigir a trajetória fiscal, juros altos e dificuldades empresariais poderão persistir. Se Flávio vencer sem construir entendimento, reformas essenciais poderão não ser aprovadas. Sem reformas, o desequilíbrio continua. Sem diálogo, as reformas podem fracassar.

É por isso que o pacto de Michel Temer deve ocupar o centro da discussão. Em Estrada para o Futuro, ele propõe convocar, nos primeiros dias, um Pacto Republicano envolvendo os Poderes, a oposição e a sociedade civil. A pacificação deve criar condições para governar e investir.

A transição precisa preparar equipe, propostas e acordos. Os primeiros seis meses devem concentrar as reformas centrais: ajuste fiscal, simplificação regulatória e liberdade econômica. Credibilidade fiscal, inflação controlada e concorrência bancária podem abrir caminho para juros menores no crédito pessoal e empresarial.

A eleição termina no domingo. Segunda-feira, o povo brasileiro em primeiro lugar. O pacto deve viabilizar as reformas; as reformas devem devolver às pessoas a oportunidade de prosperar. A mudança não pode esperar.

STÉFANO RIBEIRO FERRI

Advogado. É Relator da 6ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP e membro da Comissão de Direito Civil da OAB Campinas.

Shadow AI: entre o risco invisível e a inovação

A inteligência artificial já entrou nas empresas brasileiras. Em muitos casos, sem que os próprios gestores percebessem. Enquanto departamentos de TI e diretorias discutem quais ferramentas adotar, colaboradores já utilizam sistemas de IA por conta própria para resumir documentos, analisar contratos, produzir textos, organizar informações e aumentar a produtividade. O problema é que essa utilização muitas vezes acontece sem qualquer supervisão. É justamente aí que surge um fenômeno que começa a ganhar atenção no mundo corporativo: o Shadow AI.

Na prática, o uso de ferramentas de IA pelos colaboradores pode até parecer inofensivo. Afinal, a tecnologia pode tornar tarefas mais rápidas e aumentar significativamente a produtividade. O risco surge quando, nesse processo, informações sensíveis da empresa ou de seus clientes são inseridas nessas plataformas sem o devido cuidado: contratos

confidenciais, dados pessoais, relatórios financeiros, estratégias comerciais, entre outros.

O problema, portanto, não está no uso da tecnologia em si, mas na ausência de controle sobre como ela é utilizada. A adoção espontânea da tecnologia demonstra justamente o seu potencial. A questão é que a velocidade dessa adoção pode ser maior do que a capacidade da própria empresa de estabelecer regras para sua utilização. E aqui entram as implicações jurídicas. O uso inadequado da IA pode esbarrar na Lei Geral de Proteção de Dados, em violações de deveres de confidencialidade, de propriedade intelectual e de obrigações contratuais em geral.

Não por acaso, pesquisa realizada pela KnowBe4 com 800 profissionais de segurança e 3.200 funcionários em diferentes países apontou que 52% das organizações relatam uso de inteligência artificial não aprovado. A solução? Partindo da premissa de que ela já faz parte do mundo corporativo e pode gerar enormes ganhos de eficiência, proibir sua utilização seria remar contra a maré.

O caminho mais adequado é criar uma estrutura de governança, por meio de diretrizes claras para que a tecnologia seja manejada de forma segura e responsável. Isso significa definir, por exemplo, quais ferramentas podem ser utilizadas, quais infor-

mações não devem ser inseridas, em quais situações é necessária a supervisão humana e quem será o responsável por acompanhar esse processo.

O Shadow AI traz, portanto, um novo desafio para as empresas: a governança da inteligência artificial não pode começar apenas quando a direção decide contratar uma ferramenta. Ela precisa considerar também aquilo que os próprios colaboradores já estão utilizando. Trata-se de estabelecer um equilíbrio entre inovação e controle, sem transformar a tecnologia em um problema antes mesmo de explorar o seu potencial.

Mas a experiência mostra que políticas internas, por si só, não são suficientes. De nada adianta criar um documento estabelecendo o que pode e o que não pode ser feito se, na prática, os colaboradores não compreenderem a importância dessas regras ou se a própria cultura da empresa não acompanhar a transformação tecnológica. A governança precisa sair do papel e fazer parte da rotina. Isso exige orientação, treinamento, responsabilidade e, sobretudo, uma cultura corporativa suficientemente arrojada para incorporar novas tecnologias sem abrir mão da segurança. Se a IA já é uma realidade, quanto tempo uma empresa pode se dar ao luxo de adiar essa discussão?

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

Brasil errou

Definida a sucessão presidencial, pouca coisa vai mudar no Brasil nos próximos anos. E a escolha de ontem tinha poucas diferenças sobre o que realmente poderia interessar aos altos interesses nacionais.

O presidente Lula já tomou posse em campanha pela reeleição. Não dividiu o governo optando por cooptar deputados para ter maioria no Parlamento e distribuindo benesses e as tais emendas que acabaram crescendo tanto que não sobrou dinheiro para fazer nada. Assim, optou pelo endividamento do setor público, que deve desembocar agora em inflação, fruto dos déficits das contas públicas.

A oposição ligada a Bolsonaro, formada por gente, na sua maioria, despreparada, pouco acrescentou ao debate nacional; teve muita política, mas nenhum projeto econômico. Os ministros que deram a Bolsonaro um mandato positivo – como Paulo Guedes, da Economia, Tereza Cristina, da Agricultura e Pecuária, e Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura – ficaram em posição discreta por serem políticos e técnicos de postura mais austera.

Mas a crise na economia é prevista de tal tamanho que pode atrapalhar até o crescimento do país, que tem sido grande nas exportações de produtos primários.

Estamos com dívida alta, impostos altos, baixo

consumo interno, falta de mão de obra qualificada e uma crise na segurança pública que já leva mais de quatro milhões de famílias a morarem fora. São pouco mais de dois milhões nos EUA, mais de meio milhão em Portugal, um milhão e meio no resto da Europa, mais de 500 na Argentina e Paraguai e até na Ásia.

Muitas empresas estão vendendo ativos no Brasil. Há crise na economia e na política, pois os conservadores terão ampla maioria no Parlamento. Na política internacional, existe a bobagem de brigar com o mais antigo e leal aliado do Brasil, que são os EUA. O país terá de esperar ou confiar no imponderável e imprevisível. Triste!



Reunião de diretoria debate impactos da redução da jornada

Fecomércio RJ debate impactos da redução da jornada de trabalho

Os desafios da redução da jornada de trabalho e da adaptação das empresas à escala 5x2 foram debatidos na reunião de diretoria da Fecomércio RJ, realizada nesta quarta-feira (21/10). O encontro, aberto pelo presidente Antonio Florencio de Queiroz Junior, contou com os consultores Carlos Américo Freitas Pinho e Jacqueline Lippi, além de Ronald Sharp. Entre os temas analisados estiveram a implementação da jornada de 42 horas semanais, com dois dias de repouso remunerado, e a posterior redução para 40 horas. Segundo os participantes, os efeitos variam conforme a atividade econômica, o tamanho das equipes e as necessidades operacionais. O presidente destacou que a falta de discussão e o açodamento na aprovação do fim da escala 6x1 geraram dúvidas. A federação defende planejamento, orientação técnica e negociação coletiva para garantir segurança jurídica e sustentabilidade empresarial durante a transição.

Planejamento das empresas

A adaptação à nova jornada exigirá planejamento das empresas, segundo a Fecomércio RJ. A consultora Jacqueline Lippi ressaltou a necessidade de analisar cuidadosamente os impactos das mudanças, especialmente diante do prazo curto para adequação. Os efeitos sobre os custos, as equipes e os horários de funcionamento dependerão das particularidades de cada atividade. A orientação é buscar soluções juridicamente seguras e compatíveis com as regras aplicáveis.



Os consultores destacaram que os impactos serão distintos

Negociação coletiva essencial

A negociação coletiva foi apontada como instrumento fundamental para adaptar as empresas às mudanças na jornada de trabalho. Segundo o consultor Carlos Américo Freitas Pinho, cada atividade possui particularidades que precisam ser consideradas na organização das escalas. Acordos entre sindicatos patronais e laborais poderão estabelecer alternativas compatíveis com a realidade dos negócios, especialmente nos setores que funcionam diariamente ou mantêm operações contínuas.

Custos sob análise

A Fecomércio RJ alerta que não existe um percentual único para estimar o aumento dos custos com a redução da jornada. Os impactos dependerão da estrutura e da dinâmica de cada empresa. A recomendação é mapear equipes, identificar períodos de maior demanda e avaliar ajustes nas escalas antes de assumir novas despesas. A federação também prevê reuniões com sindicatos e associados para esclarecer dúvidas e discutir alternativas.

Proteção animal

A deputada estadual Célia Jordão (PSD) apresentou na Alerj o PL 8341/2026, que prevê apoio técnico e a possibilidade de auxílio material ou financeiro a protetores independentes e responsáveis por lares temporários. A proposta busca fortalecer o trabalho de acolhimento, cuidado e proteção dos animais no estado do Rio de Janeiro.

Educação Consciente

A deputada Célia Jordão (PSD) apresentou o PL 8340/2026, que propõe a criação do programa Escola Amiga dos Animais na rede estadual. A iniciativa prevê conscientizar alunos sobre guarda responsável, adoção e prevenção aos maus-tratos. Os projetos ainda serão analisados pelas comissões da Alerj antes de seguirem ao plenário.

Parcerias locais

Alfredo Gaspar, candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro, reuniu-se nesta quinta-feira (22) com o prefeito de Porto Seguro (BA), Jânio Natal (PL), empresários e lideranças políticas. O encontro abordou propostas para fortalecer municípios, reduzir impostos, gerar empregos e combater a corrupção e o crime organizado.

Apoio municipal

Em Porto Seguro, Alfredo Gaspar defendeu ampliar as parcerias entre o Governo Federal e as prefeituras, com investimentos e oportunidades de desenvolvimento, especialmente no Nordeste. O candidato afirmou que pretende manter Brasília de portas abertas aos municípios. O prefeito Jânio Natal reafirmou apoio à chapa de Flávio Bolsonaro.

Menos impostos

Alfredo Gaspar criticou a política econômica do governo Lula, o endividamento das famílias e a carga tributária sobre o setor produtivo. O candidato a vice-presidente defendeu a redução de gastos públicos, a revisão dos impostos e medidas para estimular investimentos e empregos. Também afirmou que o objetivo é ampliar oportunidades para as famílias.

Segurança pública

O candidato a vice-presidente Alfredo Gaspar defendeu o enfrentamento rigoroso às facções criminosas, o fortalecimento das forças de segurança e a retomada de territórios dominados pelo tráfico. Ao criticar o governo Lula, afirmou que o Brasil precisa combater a violência e garantir que a população recupere o direito de viver em paz e segurança.



Regras devem tornar debate mais propositivo que da Band

Debate da Globo tende a ser menos agressivo que da Band

Candidatos precisam equilibrar críticas com propostas, diz especialista

Por **Gabriela Gallo**

Na reta final das campanhas eleitorais de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) antes do segundo turno neste domingo (25), os presidentiáveis se preparam para o último debate eleitoral nesta sexta-feira (23) na TV Globo, antes da decisão final do eleitor brasileiro nas urnas eletrônicas. O debate está agendado para as 21h20, logo após o jornal Nacional. Será dividido em quatro blocos, além das considerações finais.

No último domingo (18), os candidatos participaram do debate da Band, marcado por trocas de insultos e acusações. E determinas atitudes dos candidatos não foram bem avaliadas pelos eleitores. O posicionamento especialmente de Flávio, atrás de Lula enquanto ele respondia, foi avaliado como algo que tirava o foco do telespectador para o que se falava. Para evitar que o cenário se repita, durante os três primeiros blocos do debate da Globo, está determinado que quem não estiver com a palavra deve ficar no púlpito até chegar a sua vez.

Além da ocupação do espaço, parte dos telespectadores avaliaram o primeiro

debate entre os candidatos à Presidência como pouco informativo. Os presidentiáveis apresentaram poucas propostas práticas para os problemas do país. Na avaliação do doutor em Direito Constitucional e pró-reitor da Estácio Brasília Murilo Borsio Bataglia, em entrevista ao Correio da Manhã, o debate da Band “demonstrou que a agressividade pode ganhar espaço na disputa eleitoral, mas nem sempre se converte em vantagem política”.

E para o debate da Globo, ele completa que os principais desafios dos candidatos serão “equilibrar o confronto político com a apresentação de propostas concretas”.

“Há espaço para críticas e questionamentos, que são legítimos em uma democracia, mas é fundamental que o eleitor consiga compreender o que cada candidato pretende fazer caso seja eleito”, reiterou Bataglia.

Para o jurista, os três aspectos mais importantes serão: o respeito ao tempo de fala, a capacidade de responder objetivamente e a apresentação de propostas para problemas concretos do país. “O debate não precisa ser desprovido de tensão, mas o confronto de ideias deve prevalecer sobre os ataques pessoais”.

Bioeconomia brasileira conectada ao mercado global

A iniciativa em Londres vai promover a exposição de 50 produtos

Da Redação

Produtos e experiências da bioeconomia brasileira vão se tornar a vitrine do país durante o World Travel Market (WTM), em Londres, entre os dias 2 e 6 de novembro. A participação no principal evento global voltado para o trade da indústria turística integra a missão empresarial (Visit Brasil Trade Mission), liderada pelo Sebrae e pela Embratur, na capital inglesa.

Por meio de edital foram selecionados 50 produtos que vão ser expostos em Londres. São cosméticos, bijuterias, alimentos, bebidas e peças de vestuário produzidos por pequenos negócios de oito estados da Amazônia Legal: Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

“São produtos da bioeconomia vinculados aos seus territórios que, ao mesmo tempo, tornam-se atração turística por possuírem ativos de alto valor, como biodiversidade,



A edição de 2025 do evento contou com uma apresentação artística de um grupo musical brasileiro

cultura, conhecimento e identidade”, disse Thyago Gatto, analista de Acesso a Mercados do Sebrae Nacional.

Durante o evento, o Sebrae participa de painel no qual vai apresentar as ações e os programas da instituição com foco no fomento dos pequenos negócios da bioeconomia brasileira, que unem inovação e saberes tradicionais a partir de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

“O Brasil tem produtos da bioeconomia com muita qualidade que já estão ganhando o mercado nacional. Nada mais justo do que propor-

cionar a esses empresários a oportunidade de expandir o mercado e vender seus produtos para o mercado internacional”, avalia Gatto.

O estande do Brasil também vai contar com a presença do chef paulistano Rafael Cagalli, do restaurante londrino Da Terra, reconhecido com duas estrelas Michelin. Durante cooking show, ele vai mostrar como a gastronomia é um elemento de conexão e promoção da biodiversidade brasileira.

Mais do que uma ação de promoção turística ou uma agenda comercial pontual,

a missão empresarial tem a bioeconomia brasileira como eixo estruturante e o turismo como interface entre território e mercado. A iniciativa representa um ambiente qualificado de diálogo institucional, inteligência de mercado, intercâmbio de conhecimento, cooperação e geração de negócios.

Nos dias 4 e 5 de novembro, a missão empresarial promoverá atividades de benchmarking e intercâmbio técnico com referências britânicas em inovação, transferência de conhecimento, biotecnologia, incubação e

empreendedorismo. Já no dia 6 de novembro será realizado o Workshop Brasil BioMarket para promover o diálogo e mostra B2B, com a participação de atores qualificados do ecossistema britânico.

Na ocasião será apresentada a iniciativa Brasil BioMarket do Sebrae, concebida como loja colaborativa e plataforma de negócios para conectar a biodiversidade e a sociobioeconomia dos biomas brasileiros aos mercados nacional e internacional, valorizando pequenos negócios, produtores, empreendedores e comunidades.

“A Brasil BioMarket foi lançada na COP30 em Belém e foi um sucesso. Desde então, marca presença em grandes eventos nacionais, como o Startup Summit e o Inova Amazônia Summit”, ressalta o analista do Sebrae Nacional.

Fazem parte da delegação da missão representantes do Sebrae e Embratur, bem como de instituições parceiras como a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Instituto Clima e Sociedade (ICS) e a Fundação Amazônia+21. A iniciativa também conta com apoio institucional do Ministério do Turismo e da Embaixada do Brasil no Reino Unido.

ISS fora do PIS/Cofins: quais os próximos passos

Da Redação

Empresas prestadoras de serviços devem revisar seus procedimentos tributários e avaliar os possíveis impactos da exclusão do Imposto Sobre Serviços (ISS) da base de cálculo do PIS e da Cofins. A análise pode ajudar a identificar oportunidades de economia tributária, evitar recolhimentos indevidos e preparar os negócios para os desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Bruno Medeiros Durão, advogado tributarista e fundador da DAP Advocacia, o momento exige atenção das empresas, especialmente diante da necessidade de avaliar como a mudança se aplica a cada operação e quais providências podem ser adotadas para proteger o caixa.

“A revisão tributária precisa fazer parte da gestão financeira das empresas. Não basta acompanhar uma decisão judicial e presumir que haverá redução automática dos impostos ou devolução de valores. É necessário analisar a forma de apuração dos tributos, os recolhimentos realizados, a documentação fiscal e a situação de cada contribuinte para identificar oportunidades concretas e juridicamente seguras”, explica.

O especialista recomenda que as empresas comecem pela conferência dos cálculos de PIS e Cofins, dos documentos fiscais e dos valores de ISS considerados na apuração das contribuições. O levantamento permite dimensionar os possíveis efeitos financeiros da mudança e avaliar se existem medidas



A apuração dos tributos e a possibilidade de recuperar valores recolhidos

administrativas ou judiciais cabíveis.

Outro ponto de atenção é a possibilidade de recuperação de valores recolhidos anteriormente. Embora a decisão do STF tenha reconhecido que o ISS não deve integrar a

base de cálculo do PIS e da Cofins, a extensão de eventuais créditos depende dos efeitos temporais definidos pelo Tribunal, dos prazos legais e da situação de cada empresa.

“Cada caso precisa ser examinado individualmente. A

existência de uma decisão favorável aos contribuintes não significa que todas as empresas poderão recuperar automaticamente os últimos cinco anos de recolhimentos. É fundamental verificar os períodos envolvidos, os pagamentos efetuados e os requisitos necessários para eventual restituição ou compensação”, afirma Bruno.

A recomendação é que as empresas não aguardem a consolidação de todos os desdobramentos para organizar seus documentos e revisar os procedimentos internos. A preparação antecipada permite identificar possíveis impactos no planejamento financeiro e tomar decisões com maior segurança, sem confundir uma oportunidade tributária com um crédito já reconhecido e disponível.

CORREIO DO APOSENTADO

POR RAPHAELA CORDEIRO



Valor contempla segurados que venceram ações judiciais contra o INSS

Justiça libera R\$ 2,9 bilhões para benefícios atrasados do INSS

O Conselho da Justiça Federal liberou R\$ 2,9 bilhões para pagar atrasados do INSS e benefícios assistenciais. Os recursos contemplam segurados que venceram ações judiciais sobre revisão de aposentadorias, pensões, auxílios por incapacidade e outros benefícios. Ao todo, são 193,2 mil beneficiários contemplados. Os pagamentos serão feitos pelos Tribunais Regionais Federais, em contas abertas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, não necessariamente na conta habitual do segurado. Para saber se tem direito, é preciso consultar o site do TRF responsável pelo processo, informando CPF ou número da ação. A consulta também permite acompanhar a previsão de liberação. O saque estará disponível após a confirmação do depósito pelo tribunal. Os valores são pagos por meio de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), destinadas a dívidas judiciais de até 60 salários mínimos.

Voto no 2º turno pode garantir Prova de Vida

O voto no segundo turno das eleições, neste domingo (25), pode valer como Prova de Vida para aposentados, pensionistas e beneficiários do BPC. Os dados são compartilhados pelo TSE e podem atualizar a comprovação automaticamente. Quem não votar não será prejudicado, pois o INSS utiliza outras bases públicas. Caso não confirme a Prova de Vida, o beneficiário será notificado e poderá regularizar a situação pelo Meu INSS ou banco pagador. A consulta também pode ser feita pelo telefone 135.



Medida evita que o beneficiário tenha que fazer deslocamentos

STF afasta idade mínima de aposentadoria especial

A decisão do STF na ADI 6.309 afasta a exigência de idade mínima de 55, 58 e 60 anos para a aposentadoria especial, prevista na Reforma da Previdência de 2019. A medida pode beneficiar trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde, mas não garante a concessão automática do benefício. É necessário comprovar o tempo de atividade especial e cumprir os demais requisitos aplicáveis. O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) é um dos principais documentos usados para demonstrar a exposição a riscos no ambiente de trabalho.

Aprovada aposentadoria especial para saúde

O Congresso promulgou a Emenda Constitucional que cria aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Pelas novas regras, mulheres poderão se aposentar aos 57 anos e homens aos 60, com 25 anos de contribuição e atividade. A emenda estabelece regras de transição para profissionais que já atuam nas categorias. Segundo o governo, o impacto orçamentário será de R\$ 3 bilhões por ano.

Sub-registros de óbitos I

O INSS aderiu a um pacto no Maranhão para combater o sub-registro de óbitos e aprimorar a integração entre instituições e cartórios. O Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) permite cruzar dados com sistemas previdenciários, ajudando a identificar falecimentos e interromper benefícios indevidos.

Sub-registros de óbitos II

Dados do IBGE apontam que 24,48% dos sepultamentos no Maranhão não são oficializados em cartório, ante 3,40% na média nacional. A ação priorizará Junco do Maranhão, com índice de 73,5%, e Boa Vista do Gurupi, com 51,67%. O plano prevê integração de dados e uso do sistema e-Óbito para agilizar registros e certidões.

Negativa de benefício I

O STJ esclareceu que o INSS não pode negar um benefício sem permitir que o segurado complemente as provas, quando o pedido apresentar documentação mínima. A regra vale para análises feitas por servidores e sistemas automatizados. O entendimento integra o Tema 1.124, sem alteração das teses anteriores, e busca garantir maior segurança.

Negativa de benefício II

O tribunal também esclareceu regras para definir o início dos pagamentos em ações previdenciárias. A análise considera casos em que provas judiciais confirmam documentos já apresentados ou quando o INSS não permite complementar a documentação. O uso de sistemas automatizados continua permitido, inclusive para identificar falhas nos requerimentos.

Teleperícia do INSS

O INSS conta com 715 agências da Previdência Social com teleperícia em todos os estados e no Distrito Federal. São Paulo lidera, com 136 unidades, seguido da Bahia (73) e do Rio Grande do Sul (62). A Perícia Conectada é feita por videoconferência e amplia o acesso à avaliação médica em localidades sem atendimento presencial.

Último lote Seguro-Defeso

O INSS paga nesta sexta-feira (23) o último lote do Seguro-Defeso, com 15.171 pedidos e 55.837 parcelas, totalizando R\$ 90,4 milhões. O Pará lidera os pagamentos, seguido por Espírito Santo e Bahia. As datas podem ser consultadas na Carteira de Trabalho Digital ou pelo telefone 158. O benefício é destinado a pescadores artesanais.



Proposta prevê reunir serviços distribuídos entre centenas de unidades federais

Governo estuda criar autarquia para centralizar aposentadorias

Proposta do Ministério da Gestão busca unificar estruturas previdenciárias

Da Redação

O governo federal estuda criar a União Previdência (Uniprev), uma autarquia vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), para centralizar a gestão e o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores federais. De acordo com informações da Folha de S.Paulo, publicadas em 20 de outubro, a proposta busca reduzir custos, uniformizar procedimentos e agilizar o atendimento aos beneficiários. A iniciativa, porém, ainda está em fase inicial e não foi implementada.

A ideia é que a Uniprev se torne a única unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos federais. Segundo nota técnica do MGI obtida pela Folha, atualmente, 283 unidades de gestão de pessoas participam da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, além de mais de mil unidades pagadoras. A fragmentação dos serviços é apontada como um dos fatores que motivam a proposta de centralização.

Atualmente, a Diretoria de Serviços de Aposentados e de Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex) concentra a gestão dos benefícios

de servidores da administração direta e de órgãos extintos. O órgão, no entanto, não abrange todas as autarquias e fundações federais, como as universidades. A criação da Uniprev permitiria reunir essas estruturas em uma única entidade, com autonomia técnica e decisória, subordinada ao MGI.

A proposta também busca adequar a organização previdenciária às emendas constitucionais de 2003 e 2019, que promoveram mudanças nas regras da Previdência e vedam a existência de mais de uma unidade gestora de RPPS por ente federativo.

Conforme as informações publicadas, minutas de projetos sobre a criação da autarquia ficaram prontas em 2025, mas não avançaram no Congresso Nacional. Ainda não há estimativas oficiais de custos ou de economia com a eventual mudança. A criação do órgão, portanto, depende do avanço da proposta e das medidas necessárias para sua implementação.

O projeto ainda depende de definições sobre sua estrutura e funcionamento. A centralização poderá alterar a rotina administrativa dos órgãos federais, mas não há previsão para a implantação da nova autarquia.